



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第五屆立法會

第二立法會期（二零一四—二零一五）

第一組

第 V-47 期

V LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2014-2015)

I Série

N.º V-47

Data: 1 de Abril de 2015

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas e 38 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Ho Iat Seng

Vice-Presidente: Lam Heong Sang

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Ho Iat Seng, Lam Heong Sang, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Ng Kuok Cheong, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lau Veng Seng, Mak Soi Kun, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Melinda Mei Yi, Tong Io Cheng, Leong Veng Chai, Chan Iek Lap, Chan Hong, Zheng Anting, Si Ka Lon, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei.

Deputados presentes: Leonel Alberto Alves e Vítor Cheung Lup Kwan.

Convidados: Leong Vai Tac, Secretário para a Economia e Finanças; Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;

Vitória Alice Maria da Conceição, Directora dos Serviços de Finanças;

Wong Soi Man, Directora dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água;

Steven Tang Sai Kit, Chefe do Departamento de Contabilidade Pública da Direcção dos Serviços de Finanças;

Chio Pou Chu, Assessora do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças; e,

Choi Kit Wa, Técnica superior da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais.

Ordem do Dia:

1. Apresentação, discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Revisão do Orçamento de 2015”;
2. Discussão e votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 7/2008 (Lei das relações de trabalho)”;
3. Discussão e votação na especialidade do projecto de lei intitulado “Alteração à Lei n.º 11/2000 - Lei Orgânica da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau”;
4. Discussão da Conta de Gerência da Assembleia Legislativa relativa ao ano económico de 2014, e votação do respectivo projecto de deliberação do Plenário;
5. Discussão do 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2015, e votação do respectivo projecto de deliberação do Plenário.

Sumário: Intervenções no período de antes da ordem do dia dos Deputados Chan Hong, Song Pek Kei (também em nome do Sr. Deputado Chan Meng Kam), Leong On Kei, Si Ka Lon, Zheng Anting, Wong Kit Cheng, Ho Ion Sang, José Pereira Coutinho, Leong Veng Chai, Chan Melinda Mei Yi, Lei Cheng I, Kwan Tsui Hang, Mak Soi Kun, Ng Kuok Cheong, Au Kam San e Vong Hin Fai. Aprovação na generalidade da proposta de lei intitulada “Revisão do Orçamento de 2015”; Aprovação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 7/2008 (Lei das relações de trabalho)” e do projecto de lei intitulado “Alteração à Lei n.º 11/2000 – Lei Orgânica da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau”, aprovação da Conta de Gerência da Assembleia Legislativa relativa ao ano económico de 2014 e do respectivo projecto de deliberação do Plenário, e aprovação do 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2015 e do respectivo projecto de deliberação do Plenário.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos iniciar a reunião.

Hoje, são dezasseis as intervenções no período de antes da Ordem do dia. Vou então dar a palavra ao primeiro deputado inscrito. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Chan Hong.

Chan Hong: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

A educação tem implicações com dezenas de milhares de famílias e com o desenvolvimento a longo prazo de Macau. O Governo persiste na promoção da prosperidade de Macau através da educação e na sua construção através da formação de talentos, enquanto linhas orientadoras da sua acção. O desenvolvimento da educação tem sido promovido através de legislação, políticas, recursos e medidas, e já se obtiveram alguns resultados. Neste momento, os sectores do jogo e do turismo entraram numa fase de ajustamento, e para atingir a diversificação económica, o Governo tem de reforçar o apoio à educação, com vista a ultrapassar as dificuldades e a desenvolver a educação de forma contínua e tendo em conta os planos definidos, com vista a garantir a formação de diferentes talentos. O sector da educação está sempre atento à falta de espaço, ao não aperfeiçoamento dos diplomas correspondentes, à insuficiência de vagas escolares, etc., portanto, espera que o Governo cumpra a promessa de dar prioridade ao desenvolvimento da educação e que avance, quanto antes, com as seguintes tarefas:

1. Planeamento dos espaços e aperfeiçoamento do ambiente

O sector espera que o Governo concretize, quanto antes, a sua promessa de reservar terrenos nos novos aterros para fins educativos, pois, até ao momento, ainda não se viu nada de concreto. A maior parte das escolas de Macau debate-se com limitações de espaço, neste momento, estão instaladas em pódios de edifícios 17 escolas. Em Hong Kong optou-se pelas “*Millennium schools*” e “*Post-millennium schools*”, com projectos que definem os espaços, as áreas e as instalações escolares, e que garantem aos alunos um bom ambiente para a sua aprendizagem e crescimento. Em Macau, as escolas lutam com falta de espaço, o que é uma injustiça para com os alunos, e não existem nem projectos nem calendarização para rever a situação. O Governo deve então concretizar, quanto antes, a sua promessa de reservar terrenos nos novos aterros, definindo os respectivos projectos e calendarização. Os alunos já não podem esperar mais! A minha expectativa é que, no prazo de 5 anos, o Governo resolva o problema das escolas instaladas em pódios de edifícios e prepare as diversas instalações escolares necessárias, tendo em conta as alterações demográficas.

2. Reforçar a elaboração de legislação sobre educação e melhorar os respectivos regimes

O Governo vai proceder à revisão intercalar do Planeamento para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020). A legislação sobre educação é um tema ao qual a sociedade presta grande atenção. Falta elaborar e rever muita legislação nesta área, designadamente, o Estatuto da Educação Contínua, o Regime de Subsídios para o Ensino Recorrente, o Mecanismo de Avaliação Padronizada para o Ensino Recorrente, as Habilitações Básicas das Disciplinas para o Ensino Secundário Complementar, a Lei da Escolaridade Obrigatória, o Estatuto das Escolas Particulares, a Lei do Ensino Especial, e a Lei do Ensino Técnico-profissional, entre outras. Face a tão elevado volume de trabalho, há que acelerar os

respectivos processos legislativos, e o Governo deve então, para o efeito, definir uma calendarização e reforçar as consultas e estudos.

3. Planear melhor as vagas, tendo em conta as alterações demográficas

Nos últimos anos, registou-se um aumento contínuo da taxa de natalidade, situação que se prevê venha a manter-se nos próximos anos. É estreita a relação entre o desenvolvimento da educação e as alterações demográficas, caso da procura de vagas nas creches e jardins de infância, que tem sido maior do que a oferta nos últimos anos, demonstrando de forma evidente a falta de articulação entre o planeamento e as reais necessidades. Com a construção de novos edifícios nos barros comunitários, aumentaram as necessidades de instalações educativas. O Governo deve assumir uma visão prospectiva na definição das políticas educativas a médio e longo prazo, e estas devem ter em consideração vários factores, sendo um deles a política demográfica. E deve, em primeiro lugar, proceder a estudos sobre as crianças em idade escolar e sobre a localização das escolas, de modo a resolver o problema das vagas, distribuindo-as de forma razoável pelos diversos bairros. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Song Pek Kei.

Song Pek Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Chan Meng Kam.

Um dos temas mais importantes das LAG é a melhoria do trânsito rodoviário, tendo o Chefe do Executivo salientado a importância do metro ligeiro enquanto transporte público. Após várias consultas públicas e com o apoio do Governo Central, efectuaram-se pequenos ajustamentos ao traçado do metro ligeiro, nomeadamente, nos novos aterros do Porto Exterior. Sabemos que o Governo está atarefado com os atrasos das obras do metro ligeiro e que está a implementar medidas para resolver, quanto antes, os problemas do traçado da Taipa, assim como está empenhado na concepção do traçado de Macau e no seu orçamento, com vista ao início das respectivas obras.

Em Janeiro, o Comissariado de Auditoria (CA) divulgou o 3.º Relatório sobre o Metro Ligeiro, e o Governo deu muita importância a um dos problemas que aquele referia. No dia 10 de Fevereiro, o Chefe do Executivo reuniu com os membros do Conselho Consultivo do Trânsito e, de seguida, afirmou que o metro ligeiro ia ser, obrigatoriamente, construído, porque a maioria das pessoas entende que os transportes públicos são a única forma de resolver os problemas do trânsito, portanto, as obras do metro ligeiro vão, obrigatoriamente, avançar, e todos esperam que terminem rapidamente. O Secretário Raimundo do Rosário esteve presente numa reunião de acompanhamento na Assembleia Legislativa, e referiu que o Governo vai decidir, no 1.º semestre deste ano, o traçado da Areia Preta, e que vai ser finalizada parte dos trabalhos de concepção da zona sul do traçado de Macau, portanto, já estão reunidas condições para avançar com o respectivo concurso público.

O Governo está a enfrentar as críticas do CA, os enormes atrasos das obras do parque de materiais e da oficina do metro ligeiro da Taipa, as atenções da sociedade e, ainda, a saída dos dirigentes do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes. Os residentes estão bastante preocupados, pois não sabem se o Governo vai dar cumprimento ao espírito das LAG, se vai conseguir decidir sobre o

traçado da Areia Preta e respectivo orçamento no 1.º semestre, e se vai ainda conseguir avançar, quanto antes, com o respectivo concurso público.

Atendendo ao ritmo de andamento, se os diferentes concursos avançarem e as obras forem realizadas em simultâneo, vão ser necessários 4 ou 5 anos até estarem prontas, e se as obras do traçado de Macau se realizarem no 1.º semestre, só vão estar concluídas lá para 2020. Assim, a Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau, que tem no metro ligeiro a sua “coluna vertebral”, será impossível de concretizar. Atendendo ao ritmo da sua construção, acredito que o comboio intercidades que vai ligar Hengqin ao Aeroporto de Zhuhai vai entrar em funcionamento antes do nosso metro ligeiro, uma vez que ainda nem sequer existe um plano para a ligação entre a Taipa e Hengqin. Assim, quando entrar em funcionamento a ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai, as regiões vizinhas vão ter um bom ambiente e boas condições de transportes, e a desarticulação entre estes e os de Macau vai afectar a cooperação regional e a construção de Macau como centro mundial de turismo e lazer. Portanto, há que acelerar a construção do metro ligeiro e que tomar medidas firmes para acelerar o seu andamento. Portanto, merecem atenção os seguintes aspectos:

Há que aprender com a experiência e que reforçar a capacidade governativa e a eficiência administrativa - o concurso para a construção da oficina da Taipa realizou-se no dia 10 de Abril de 2012, o prazo de construção definido é de 1014 dias, mas não se sabe a data de início, e quanto aos prazos definidos para os segmentos da Estrada Governador Albano de Oliveira, do Centro da Taipa, do Cotai, e do Posto Fronteiriço da Taipa, variam entre 849 e 1158 dias, todas as obras foram iniciadas no dia 13 de Junho de 2012 e, excepto por motivos de força maior, devem estar concluídas em Maio deste ano. A maior parte das obras vai terminar ainda este ano, portanto, os atrasos não são muito graves, mas quanto às obras da oficina, devido aos sucessivos conflitos surgidos, os atrasos são graves e vão afectar a entrada em funcionamento do metro. Este problema já é antigo, pena é que, nestes últimos dois anos, o Governo tenha fugido dele. No ano passado, o ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou que o traçado da Taipa ia entrar em funcionamento no ano seguinte, só para enganar os residentes e fugir à questão dos atrasos. Perante a saída de vários dos principais dirigentes do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, o actual Secretário tem de encarar, em primeiro lugar, a realidade, tem de ter coragem para assumir as responsabilidades, e tem de reforçar a capacidade governativa e a eficiência administrativa.

Há que reforçar a coordenação e a colaboração interdepartamental - olhando para a Taipa, verifica-se que todas as obras envolvem a Direcção dos serviços de Solos Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), a Aviação Civil (AAC), a Direcção dos Serviços de Regulação das Telecomunicações (DSRT) e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), mas o problema maior é quando implicam alterações do trânsito, pois a decisão de vedar a circulação ou de alterar o sentido do trânsito leva meses, e quando há remoção de árvores ou deslocação de canos e condutas, há que aguardar que o IACM conclua o trabalho. E se as obras são dentro do aeroporto, espera-se anos pela respectiva autorização. É natural que as obras mexam também em canos e condutas das concessionárias de serviços públicos, e quando tal acontece, há que obter autorização de diversas entidades. Se o empreiteiro não pode começar as obras, como é que estas não se hão-de atrasar? Todos os serviços públicos envolvidos são, na maioria, da tutela do Secretário

para os Transportes e Obras Públicas, portanto, basta que este coordene, e que a cooperação entre os serviços públicos seja reforçada, que se coloque a ênfase no interesse público, seja vincada a responsabilidade social das concessionárias de serviços públicos, seja divulgado o nome dos que não cooperam, e pedidas responsabilidades. Estamos crenes de que, assim, será possível andar com as obras para a frente.

Escolha de bons empreiteiros e reforço da cientificidade dos concursos - as obras do metro ligeiro exigem técnicos especializados de que Macau não dispõe, portanto, os riscos são maiores se no concurso se admitirem empresas que não têm nenhuma experiência nesse domínio. Há que reflectir, seriamente, sobre o caso da oficina do metro ligeiro, que deve servir de lição sobre como reforçar a cientificidade e a viabilidade dos concursos públicos, para se escolherem os bons de forma justa e imparcial, e garantir a segurança, a qualidade e o ritmo de andamento das obras.

Há dois anos, entrou em funcionamento o metro Cantão-Zhuhai, e as obras de extensão da linha até Hengqin começaram em 20 de Janeiro do ano passado e vão estar concluídas no segundo semestre de 2017. Essa extensão prevê a ligação ao metro ligeiro de Macau e ao Aeroporto de Zhuhai, para depois se fazer a ligação intercidades Cantão-Foshan-Jiangmen-Zhuhai, formando-se assim uma rede integral de transportes por carris na zona oeste do Delta do Rio das Pérolas. Esta região vai então, segundo as previsões, entrar na era moderna dos transportes por carris.

Para retirar o máximo proveito da cooperação regional, há que otimizar o trânsito e a qualidade de vida, reforçar a capacidade de recepção de visitantes, promover a diversificação adequada da economia, acelerar a construção de Macau como centro mundial de turismo e lazer, e ainda que juntar os esforços da sociedade para concluir, quanto antes, a construção do metro ligeiro, de forma a aperfeiçoar o trânsito e os transportes internos, com vista à integração na rede ferroviária da região. Por isso, há que agir para resolver, quanto antes, o problema das obras da oficina do metro ligeiro, e que definir o traçado de Macau e respectivo orçamento, para que se possa avançar, quanto antes, com o concurso público.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.ª Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

O crescimento constante da capacidade de recepção de visitantes que tem vindo a registar-se em Macau estagnou no ano transacto, segundo os resultados de um estudo feito pelo IFT (Instituto de Formação Turística) sobre a capacidade de recepção de visitantes no período entre 2013-2014. É, pois, sinal de uma quase saturação ou mesmo saturação, por isso, o Governo apresentou há dias um relatório às autoridades centrais para pedir a optimização ou o ajustamento da política de visto individual, o que merece todo o meu apoio. Além disso, deve este ainda adoptar, tendo em atenção o facto de Macau pretender afirmar-se como Centro Internacional de Turismo e Lazer, medidas de optimização e desconcentração, de promoção da diversificação das origens dos visitantes, e de reforço das infra-estruturas turísticas complementares e da colaboração interdepartamental, de forma que, com o aumento gradual da capacidade de recepção, a indústria do turismo consiga dispor de condições para um desenvolvimento sustentado.

Segundo esses mesmos resultados, a capacidade de recepção situou-se no ano anterior na casa dos 89 a 92 mil visitantes por dia. A indústria do turismo, dado o seu peso, tem sobre a economia um grande impacto, só que o aumento constante do número de visitantes cria graves problemas à sociedade, nomeadamente, em termos de travessia de fronteiras, transportes, alojamento e visita de pontos de interesse turístico. Macau recebeu, segundo os dados estatísticos, uma média de 95 mil visitantes por dia em Fevereiro passado, o que leva as pessoas a questionar se Macau consegue transformar-se num centro mundial de turismo e lazer.

A integração do posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer no XII Plano Quinquenal pelo País é científica e adequada, mas, pelos vistos, Macau está a deparar-se com deficiências em termos de controlo fronteiriço, transportes, alojamento e cooperação de turismo transfronteiriço, o que não só deixa os visitantes insatisfeitos com o serviço, mas afecta ainda a vida quotidiana dos residentes.

Devido ao aumento constante do número de turistas, é importante aumentar a respectiva capacidade de acolhimento, com vista a construir Macau como um “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. Mais, com vista a manter o actual estatuto privilegiado de Macau na área do turismo, deve-se promover mais o desenvolvimento da componente não jogo, melhorar a qualidade do turismo, do ambiente e dos serviços prestados. Melhorar as instalações de turismo é apenas uma medida necessária, mas de curto prazo; a longo prazo e em termos estratégicos, o Governo deve trabalhar em torno do objectivo de transformar Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, definindo as respectivas estratégias e planos de médio e longo prazo. Nas Linhas de Acção Governativa, o Governo referiu que os serviços competentes da área do turismo iam redigir um “Plano geral para o desenvolvimento da indústria do Turismo”, por isso, espero que o Governo esteja a par, nomeadamente, da tendência do desenvolvimento da densidade populacional e ainda dos planos de desenvolvimento urbanístico, avaliando, de forma abrangente, a capacidade de acolher turistas nas diferentes zonas de Macau. Deve-se ainda avaliar se as instalações disponíveis para o turismo de lazer são suficientes, analisar a forma de diversificar o tipo de turistas e a sua proveniência, assim como identificar as actuais lacunas, deficiências e medidas, e resolvê-las nas respectivas áreas. Com vista a promover o desenvolvimento sustentável da indústria do turismo e lazer de Macau, deve-se ainda ter em conta o problema da utilização dos equipamentos e espaços relacionados com o sector do turismo, pois, ao desenvolver-se este sector, deve-se evitar afectar a qualidade de vida e as deslocações dos residentes, e disponibilizar um serviço de alta qualidade aos turistas. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Si Ka Lon.

Si Ka Lon: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A saúde é o que mais preocupa os residentes. O novo Secretário prometeu “cinco anos dourados” para a saúde, mas são ainda muitos os aspectos a clarificar e as situações por regulamentar. Por isso, a falta de pessoal, a formação de médicos em efectividade de funções e a regulamentação dos consultórios médicos são questões a encarar e resolver durante esses “cinco anos dourados”.

A formação de pessoal destina-se a suprir as faltas na área dos cuidados de saúde e a acompanhar o crescimento das necessidades,

quer desses serviços, quer de instalações hospitalares. A falta constante de pessoal médico e as horas extraordinárias que aquele tem, constantemente, de assegurar, impedem a frequência sistemática de acções de formação em exercício.

Em Janeiro, o Governo, em colaboração com o Hospital Kiang Wu e mais quatro instituições sem fins lucrativos, começou a disponibilizar mais informações sobre o tempo de espera para consulta, procedendo deste modo a uma triagem dos pacientes, uma medida que mereceu os aplausos da sociedade. Segundo uma dessas instituições, os seus recursos humanos já são escassos, e agora, com esta “nova medida de triagem”, o problema agravou-se. Os Serviços de Saúde afirmaram que vão contratar 529 profissionais de saúde, portanto, as instituições sem fins lucrativos estão cada vez mais preocupadas, uma vez que não conseguem oferecer salários como os do Governo, por isso, vão ter de enfrentar o problema da saída de trabalhadores.

Segundo as estimativas dos Serviços de Saúde, com a entrada em funcionamento do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas em 2019, vão ser necessários 1730 profissionais de saúde. Como é que vai ser resolvida a questão dos recursos humanos? De entre aqueles profissionais, qual vai ser a percentagem de locais? Quantos não residentes serão precisos? O Governo também não divulgou quais são os seus planos para a formação de pessoal.

A insuficiência de recursos humanos é um problema suficientemente grave, por isso, as instituições sem fins lucrativos estão muito preocupadas com a rotatividade de trabalhadores, e a sociedade também se questiona acerca do futuro Hospital das Ilhas, sobre se vai ser possível contratar profissionais suficientes.

Para além disso, nas clínicas privadas há alguns médicos que, depois de efectuado o diagnóstico, disponibilizam aos doentes medicamentos sem nome e não passam as respectivas receitas, portanto, há que melhorar as regras, por forma a garantir o direito à informação dos doentes. E em caso de erro médico grave, as autoridades judiciais ou policiais solicitam o relatório da autópsia, mas como esta é feita por peritos médico-legais dos Serviços de Saúde, a sociedade tem dúvidas sobre a sua imparcialidade. E tudo isto tem a ver com os atrasos na actualização das leis correspondentes.

Pelo exposto, faço as seguintes sugestões:

1. Proceder, quanto antes, à estimativa da procura de profissionais de saúde qualificados, e elaborar programas de formação de talentos em articulação com a procura de serviços de saúde e com a construção de hospitais, reforçando a divulgação das respectivas informações, com vista a aumentar a confiança do público no desenvolvimento do sector da saúde;

2. Reforçar e acelerar a colaboração com institutos e estabelecimentos médicos de Guangdong e de Hong Kong, reforçar a formação e a especialização dos médicos efectivos e especialistas, e preparar, com dedicação, a criação de uma “faculdade de medicina”;

3. Racionalizar, sistematicamente, o regime jurídico no âmbito da saúde, acelerar o processo legislativo do “Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de Saúde”, rever e alterar os Decretos-lei n.ºs 84/90/M e 100/99/M, regular os actos médicos das clínicas privadas, salvaguardar o direito à informação dos doentes, e proceder, quanto

antes, à reforma do estatuto dos peritos médicos oficiais, com o objectivo de salvaguardar a sua independência dos Serviços de Saúde;

4. Estudar a possibilidade de atribuição de subsídios directos ao pessoal médico e de enfermagem dos estabelecimentos sem fins lucrativos, e ponderar, depois da devida análise, a inclusão dos estabelecimentos médicos privados no sistema de triagem. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Zheng Anting.

Zheng Anting: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Os preços das habitações privadas subiram mais de 10 vezes desde a transferência, e para quem não tem capacidade para as adquirir, as habitações em Zhuhai tornam-se muito atractivas. Graças à estreita cooperação entre Macau e a China, o posto fronteiriço de Hengqin passou a estar aberto durante 24 horas. Estes factores incentivam ainda mais a aquisição de habitação na China, e considerando a tendência da referida cooperação, no futuro, mais residentes de Macau vão investir, adquirir habitações, e residir na China. Vê-se por toda a Macau publicidade à venda de habitações em construção na China, mesmo quando os promotores ainda não têm a necessária licença para a sua venda, mas é raro ver publicidade sobre as políticas e a legislação aplicável à aquisição daquelas habitações. Segundo alguns residentes, as habitações em Hengqin só podem ser ocupadas daqui a dois ou três anos, mas os compradores já tiveram de antecipar o pagamento de parte ou grande parte do seu custo. Portanto, os direitos e interesses dos compradores de Macau serão, dificilmente, salvaguardados, caso surjam problemas.

Entretanto, alguns promotores não têm licença para a venda de habitações em construção mas continuam a promover as vendas em Macau, que mesmo não tendo sido legalmente autorizadas na China, acabam por ser concretizadas em Macau. Como a Lei da actividade de mediação imobiliária regulamenta apenas os mediadores imobiliários e as habitações de Macau, são então grandes os perigos da aquisição de habitações em construção na China.

Recebi, no meu escritório, dezenas de pedidos envolvendo diversas situações de prejuízo. Verifiquei que nem sempre é garantida a ocupação atempada das habitações, mesmo quando estão em causa promotores de renome ou até habitações em construção com a necessária licença de pré-venda exigida na China. Perante tão elevados riscos, como é que o Governo vai ajudar os residentes de Macau e proteger os seus direitos e interesses patrimoniais? Sugiro às autoridades que procedam, quanto antes, à revisão da Lei da actividade de mediação imobiliária, com vista ao alargamento do seu âmbito de fiscalização, para que a venda, em Macau, de habitações do “exterior” (nomeadamente em construção) esteja sujeita às normas legais vigentes localmente. Para além disso, sugiro ao Governo o estabelecimento de mecanismos de coordenação com o Interior da China, incluindo a criação duma página electrónica de registo das habitações, para que os residentes possam consultar, através da internet, a situação da respectiva licença de pré-venda, e ainda o estabelecimento de um regime para a publicação duma lista negra de empreiteiros e construtores, com vista a diminuir os riscos da aquisição de habitações no Interior da China.

Estas opiniões e sugestões surgiram enquanto ajudava os residentes de Macau em causa, são preliminares, resultam de mera

inspiração minha, e servem apenas para referência do Governo. Espero que este lhes dispense a devida atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Presidente: Tem a palavra a Sr.ª Deputada Wong Kit Cheng.

Wong Kit Cheng: Obrigada Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

Nos últimos anos, a sociedade tem levantado dúvidas quanto à falta de critérios uniformizados na qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde, portanto, o Conselho para os Assuntos Médicos, desde a sua criação, tem envidado esforços para criar um regime que possa uniformizar o nível dos profissionais das instituições de saúde públicas e privadas, elevar o seu estatuto profissional e o respeito da sociedade, suprir os recursos humanos do sector e proporcionar maiores garantias de segurança.

O referido Conselho reuniu-se várias vezes para concluir o projecto do “Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde”, e o seu esforço merece o nosso reconhecimento. Mas porque é que, após a respectiva sessão de esclarecimento, alguns sectores manifestaram preocupações e dúvidas? Entre estes, o sector de enfermagem tem prestado grande atenção ao assunto. Pertença a este sector e também participei na sessão de esclarecimento, e discuti com o sector e os estudantes. Na opinião deles, o conteúdo desta proposta de lei não consegue demonstrar a situação real e particular dos profissionais de saúde da linha de frente, e estão preocupados com a sua aplicação, solicitando ao Governo para não legislar precipitadamente. Assim, recolhi opiniões para apresentar ao Conselho, e pedi para assistir à reunião e obtive resposta positiva. O Conselho, depois de ouvir as opiniões do sector, realizou uma reunião extraordinária para o ajustamento do conteúdo da proposta de lei, para uma melhor adaptação às exigências da sociedade. Ontem, na reunião extraordinária, o Presidente demonstrou a sua sinceridade e posição de abertura em relação a esta produção legislativa.

Na qualidade de enfermeira, compreendo a fundo que o anteprojecto foi elaborado sem ter em conta as características específicas da profissão de enfermagem e das instituições educativas. A classe discorda da exigência, controversa desde o início, de mais um exame após a conclusão do curso e do estágio de seis meses, porque entendem os alunos, os professores e a classe que esse exame de aptidão profissional referido no texto é redundante, situação que passa despercebida aos leigos, devido à falta de conhecimentos sobre o curso, os estudos e a pressão enfrentada pelos enfermeiros. Os cursos de ensino superior de enfermagem ministrados pelas duas instituições de Macau são reconhecidos pelo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES), portanto, o programa de estudos passou pela sua avaliação. Além disso, as instituições têm o seu sistema de autocontrolo, submetendo-se periodicamente a avaliadores internacionais. Sei que a Escola de Enfermagem incumbiu um grupo internacional de proceder à sua avaliação, especialmente da qualidade do curso. A avaliação para o corrente ano vai ser assegurada pela *Quality Assurance Agency* do Reino Unido. Tudo isto demonstra que o curso da escola de enfermagem está sujeito à fiscalização do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES) e é

reconhecido pela sociedade. Exige-se aos alunos da escola de enfermagem que, desde o início ao fim do curso, frequentem cursos teóricos de diferente nível e efectuem aprendizagem prática, e que passem pela avaliação da OSCA (*Evaluating Objective Structured Clinical Assessment*). Através do desempenho de tarefas clínicas, as horas de aprendizagem atingem as 1 840, o que ultrapassa já o padrão internacional, e os orientadores são todos de nível especializado. Na fase intermédia e final do estágio, os alunos sujeitam-se a uma avaliação, tanto dos hospitais locais como da escola envolvida. Assim, os graduados inteiram-se da situação de Macau na área da saúde e preenchem os requisitos para o exercício da profissão de enfermagem. Na realidade, o ingresso em enfermagem exige uma prova escrita, uma entrevista e também um período experimental. A par disso, o pessoal efectivo de enfermagem tem ainda que se sujeitar a provas regulares, e os hospitais fazem bem a fiscalização. O pessoal de enfermagem em efectividade também percebe que as situações de trabalho se modificam constantemente, que os conhecimentos sobre medicina são vastos e que o estágio não é suficiente, por isso, quando começa a trabalhar, participa em diferentes acções de formação, mas, como os enfermeiros trabalham em regime de disponibilidade permanente (ON CALL), precisam de frequentar cursos e de participar em provas e em seminários após o trabalho quotidiano, sem ter a noção do dia ou da noite. Os estudantes e os enfermeiros pediram-me para dizer o seguinte: não têm receio de participar em provas, mas, segundo o que está definido no documento de consulta, será necessário fazer duas provas no espaço de seis meses depois de concluírem o curso? Perguntam: quantas provas precisam de fazer na sua vida para serem considerados aptos? A qualificação profissional nesta área é sempre conseguida através da prestação de provas e o processo de avaliação é fiscalizado, tudo isto, para salvaguardar a qualidade dos cuidados de saúde e não como se diz, que o pessoal de enfermagem não está sujeito a qualquer prova.

O pessoal de enfermagem é só um dos exemplos. Em Macau, existem ainda trabalhadores que não sobressaem, mas trabalham aplicadamente na área da saúde. Para encurtar o tempo de espera de consulta e elevar a qualidade dos cuidados prestados, é necessário efectuar uma reforma no sistema de saúde, mas não é preciso definir exigências rigorosas para torturar e prejudicar o moral dos trabalhadores.

Neste processo, o Governo deve empenhar-se mais para, com uma atitude pragmática e de respeito, e tendo em conta a vida quotidiana da população e as suas exigências, bem como a situação real dos profissionais do sector da saúde, recolher as opiniões destes sobre a criação de uma lei para a inscrição profissional e, só depois, iniciar o respectivo trabalho legislativo, para impulsionar em conjunto a profissionalização desta área. Deve, ainda, estudar o regime de inscrição, isto é, tendo em conta as diferenças das diversas áreas da saúde, definir um regime que se coadune com as necessidades reais dos profissionais, sem ser uniforme para as 15 carreiras. O trabalho dos profissionais de saúde tem grandes implicações no interesse público. A sociedade espera que: a criação deste regime possa contribuir para reforçar a segurança dos cuidados médicos e suprir os recursos humanos locais de saúde; o Governo consiga reforçar os apoios aos profissionais de saúde e, através de diversas medidas, reduzir as discrepâncias entre os enfermeiros das instituições privadas e públicas, para os jovens poderem ter uma visão sobre o desenvolvimento profissional deste sector e se sentirem mais atraídos por esta área, e manter o desenvolvimento destas profissões, em prol de melhor servir os cidadãos. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Com a entrada numa nova conjuntura do desenvolvimento económico, as receitas financeiras de Macau vão, com certeza, diminuir. O pressuposto para garantir o desenvolvimento sustentável é uma situação financeira favorável, e perante a recessão das receitas e o crescimento das despesas indispensáveis, o Governo vai ter de ponderar e reflectir para saber como é que vai concretizar as ideias defendidas nas LAG, no respeitante ao “desenvolvimento económico e melhoria da vida da população”, como é que vai dar resposta às novas exigências sociais, ao nível do apoio financeiro e da melhoria da qualidade de vida, e ainda como é que vai reforçar a rentabilidade da reserva financeira.

Tanto no programa político eleitoral de 2014 como no relatório das LAG para 2015, o Chefe do Executivo afirma que vai proceder a estudos sobre a criação de um fundo de investimento e desenvolvimento, com vista a aproveitar melhor a reserva financeira de Macau, em prol dos interesses da população. Atendendo à nova conjuntura económica, é necessário assumir uma atitude optimista e ao mesmo tempo prudente, ter consciência da adversidade e adoptar as devidas medidas preventivas, por isso, há que criar aquele fundo, com o objectivo de aproveitar a reserva financeira para impulsionar a diversificação adequada da economia.

A criação do referido Fundo é uma estratégia de desenvolvimento para dinamização da economia, mas há que definir as respectivas políticas complementares, amadurecer as ideias, e antecipar os eventuais problemas decorrentes daquele Fundo. Há que definir objectivos, recorrer a métodos altamente profissionalizados, adoptar regras de funcionamento, usar estratégias de investimento e de exploração diversificadas, e ainda que ter em conta a rentabilidade a longo prazo dos activos. Apelo então ao Governo para gerir bem a reserva financeira e para apoiar a estratégia estatal, isto é, a construção “duma via e de uma rota”, no sentido de que o capital seja aplicado em projectos de construção e, de forma adequada, nos investimentos que contribuam para a diversificação económica e para o desenvolvimento de novas indústrias com potencialidade. Há que aproveitar a oportunidade da criação da plataforma económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e as vantagens destes países em termos de recursos, e comprar petróleo, minérios, etc., produtos que são estratégicos para Macau. Há que reforçar o trabalho conjunto com estes países, com vista a criar uma relação de cooperação *win win*. O Secretário para a Economia e Finanças disse ontem, nesta Assembleia, que o dinheiro de Macau investido no exterior vai ser gradualmente recuperado, com vista a reforçar a nossa capacidade de resistência ao risco. Esta preparação antecipada para fazer face a eventuais crises e a assunção duma gestão financeira cuidadosa são atitudes do Governo que merecem o meu elogio. De facto, este deve ter como pressuposto beneficiar a população e encontrar diversas formas de investimento com rácios de retorno significativos e riscos equilibrados. Isto vai, com certeza, contribuir para apoiar o desenvolvimento estável das indústrias locais, criar um bom ambiente de negócio, e ainda para formar um bom ciclo de desenvolvimento, concretizando-se, assim, a meta do ajustamento ordenado da estrutura económica.

A estrutura micro da nossa economia está a mudar. Com vista à

sua diversificação adequada e ao ajustamento das estratégias de desenvolvimento, o Governo deve prestar mais atenção ao Fundo para o Desenvolvimento do Investimento, e reforçar os estudos para resolver eventuais conflitos e problemas decorrentes da nova conjuntura económica. Deve ainda aproveitar as vantagens do Fórum de Macau para se associar à estratégia estatal “uma via, uma rota”, e para encontrar mais espaços de desenvolvimento para promover a diversificação adequada da economia e melhorar a vida da população. Deve ainda manter os níveis do crescimento económico através da boa utilização dos recursos financeiros, garantir o desenvolvimento sustentável a longo prazo, concretizar o ajustamento ordenado da estrutura económica, e encontrar novos caminhos para o desenvolvimento sustentável da economia.

Obrigado.

José Pereira Coutinho: Caros Colegas:

No dia 30 de Janeiro do corrente ano, o Secretário da Economia e Finanças declarou, neste hemiciclo, que as operadoras do jogo têm de apresentar este ano um calendário para promoverem os seus funcionários locais que estão em posições de base. Sempre aconteceu, e até hoje continua a acontecer, a maioria das operadoras do jogo utilizarem e utilizarem variados tipos de artimanhas para contornar estas exigências, como por exemplo, criar categorias intermédias das categorias já existentes. Muitas das queixas que tenho recebido têm a ver com o facto de os trabalhadores locais que foram promovidos estarem colocados em “prateleiras”, sendo estas promoções consideradas como uma mera “performance” face às exigências do Governo em promover os trabalhadores locais.

Outra questão muito importante tem a ver com a maioria dos trabalhadores que estão extremamente preocupados com a sua aposentação, porque muitos deles já estão em idade avançada e as actuais contribuições de 5% para o regime de previdência, procedentes das operadoras do jogo, são manifestamente insuficientes para manter a qualidade de vida depois de aposentados. Por isso, os trabalhadores dos casinos esperam que o Governo possa obrigar as operadoras do jogo a aumentarem para 14% as suas contribuições, como contrapartida para a futura renovação dos contratos de jogo, em igualdade com o montante do Governo que contribui para o regime de previdência dos trabalhadores da Função Pública. Porque os primeiros não deixam de ser considerados como trabalhadores da Função Pública para efeitos de responsabilidade criminal no exercício das funções de croupier.

Com a finalidade de proteger a saúde dos trabalhadores do jogo, os mesmos esperam que o Governo tenha a coragem de proibir o fumo a partir de 1 de Janeiro de 2016. Durante este compasso de espera até à data definitiva para a proibição geral de fumar dentro dos casinos, o Governo deve aumentar e melhorar a fiscalização dentro dos casinos, principalmente nas salas “VIP”, que é onde ocorre a maioria das infracções à legislação em vigor. Na maioria das vezes, estas salas “VIP” são quase sempre alertadas, “a priori”, e o resultado das diligências de fiscalização tornam-se infrutíferas. Muitas vezes, alguns jogadores até gozam com os croupiers de serviço colocando na mesa fichas de dez mil patacas para efeitos de desconto das multas de 400 patacas por consumo de tabaco, e continuam a fumar de forma impune. As operadoras do jogo e o Governo assistem impávidos ao triste cenário de desrespeito pelo incumprimento contínuo da legislação em vigor.

Há vários anos que temos vindo a reivindicar o pagamento dos

subsídios de turnos e nocturnos aos trabalhadores dos casinos que, para além do seu não pagamento, ainda são, na sua maioria, roubados nas gorjetas oferecidas pelos clientes. O Governo prometeu rever a legislação laboral dando cumprimento ao princípio de igualdade de tratamento constante do artigo 25.º da Lei Básica. O Governo deve igualmente investigar qual o destino das gorjetas e obrigar as operadoras do jogo a repartir as gorjetas pelos seus trabalhadores, sob pena de estarmos numa situação de “enriquecimento sem justa causa” por parte das operadoras do jogo.

O Governo deve reforçar a vigilância dentro dos casinos do Cotai, em que, quase todos os dias, grupos organizados de indivíduos com visto de turismo “trabalham”, “roubando e enganando” outros jogadores. Quando apanhados em flagrante delito são detidos pelas operadoras do jogo durante algumas horas, sem sabermos com que base legal, sendo posteriormente “soltos” e “voltam” novamente aos seus “postos de trabalho”, para repetir os mesmos delitos. O Governo deve agir de imediato para pôr cobro a estas situações que afectam a imagem da RAEM a nível local, regional e internacional.

Por último, a DSAL deve agir, proactivamente, chamando à atenção de algumas operadoras do jogo para a forma desumana como são elaboradas as escalas de “turnos de trabalho” prolíferas em ilegalidades, tais como na não compensação dos feriados obrigatórios, de acordo com a lei laboral. Muitas vezes até mudam, arbitrariamente, as férias dos trabalhadores, para que estes não venham a beneficiar dos feriados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Veng Chai.

Leong Veng Chai: O Chefe do Executivo divulgou, há dias, as Linhas de Acção Governativa do novo governo. Como o plano de reordenamento dos bairros antigos já se arrasta há mais de dez anos, ou seja, há três mandatos do governo, os moradores daqueles bairros depositavam muita esperança neste novo governo, pensavam que os seus desejos iam ser concretizados. Até que ouviram o Chefe do Executivo gastar apenas uma frase para descrever aquele plano, sem nada acrescentar quanto a medidas concretas, portanto, o referido plano ainda está longe de ter vida.

Com vista a dar resposta aos problemas existentes, em 2005 foi anunciado o plano de reordenamento dos bairros antigos, mas a respectiva proposta de lei só foi entregue à Assembleia Legislativa em 2013, e acabou por ser retirada pelo Governo quando já decorria a sua apreciação. Tivemos, recentemente, a notícia da extinção do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, portanto, ao fim de mais dez anos volta tudo ao início, isto é, nada de avanços quanto ao reordenamento dos bairros antigos. E a chama da esperança dos moradores também se extinguiu. Ainda me lembro de o Governo dizer, quando retirou a proposta de lei, que só ia reapreciar o referido plano depois da entrada em vigor da Lei do planeamento urbanístico, da Lei de terras e da Lei de Salvaguarda do Património Cultural. Estas leis já entraram em vigor há quase um ano, e mais nenhuma notícia se viu sobre o plano de reordenamento dos bairros antigos. O Governo também não avançou com mais pormenores nas LAG, falou pouco, contornando assim o assunto. O reordenamento dos bairros antigos é uma das políticas mais importantes para o desenvolvimento de Macau, e apesar dos muitos interesses envolvidos, já reuniu o consenso da sociedade. Veja-se o bairro de Iao Hon, onde a higiene é má, o lixo se acumula à porta

dos edifícios sem que ninguém ligue à situação, e os insectos proliferam, ameaçando a saúde pública. As estruturas dos edifícios estão envelhecidas, há mesmo risco de desabamento, assim como das paredes, e para além disso, são insuficientes as instalações públicas, nomeadamente, os equipamentos contra incêndio, portanto, trata-se duma bomba que pode rebentar a qualquer momento, um risco oculto para a segurança naquela zona. Não nos podemos esquecer do incêndio de há 4 anos, que aconteceu porque se ignoraram os riscos existentes. Os moradores vivem sob perigo e entendem que é urgente avançar com o reordenamento para melhorar o ambiente, mas como o Governo não actua, o projecto foi posto de parte há vários anos e a situação não foi resolvida, afectando, gravemente, o dia a dia dos moradores. Em Macau faltam terrenos, portanto, o reordenamento dos bairros antigos pode contribuir para aumentar o número de habitações, através do aumento do número de andares, satisfazendo-se assim, rapidamente, as necessidades habitacionais da população.

O Governo deve apresentar, novamente, o projecto de reordenamento dos bairros antigos, deve preocupar-se com as necessidades da população, melhorar a sua qualidade de vida e salvaguardar a segurança dos habitantes dos bairros antigos. E a par desse projecto, há que resolver problemas como o realojamento dos moradores e o direito de propriedade, a fim de evitar que os acontecimentos da ilha verde voltem a repetir-se. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Numa nota de imprensa divulgada recentemente, o IACM (Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais) referiu que, durante uma análise, tinha descoberto bactérias em filetes de salmão fumado e congelado, por isso, apelou aos cidadãos para não os comerem. Os cidadãos não puderam deixar de associar este incidente ao escândalo da carne da *Husi Food Co. Ltd.* e ao caso do óleo de Taiwan de má qualidade. A segurança alimentar é sempre alvo da atenção e preocupação dos residentes.

Segundo a nota de imprensa divulgada, o IACM descobriu, no decurso da importação e de exame, que esse produto tinha problemas, mas, segundo as opiniões que recebi da população, muitos têm dúvidas quanto aos exames efectuados pelo IACM. Desta vez, o local de origem dos produtos é Hong Kong e a produção data de 17 de Março de 2015, mas o IACM só divulgou a nota de imprensa em 28 de Março. Como é que se garantiu que estes produtos não entraram no mercado de venda a retalho e por grosso? O mais importante é que alguns indivíduos que trabalham no sector afirmaram que os referidos produtos já tinham entrado no mercado, através de retalhistas e grossistas, em 20 de Março, mas o IACM só começou a notificar os grossistas para retirarem os produtos a partir do dia 28. Qual foi a quantidade de filetes que entrou no mercado entre os dias 20 e 28 de Março?

Para evitar desentendimentos e a preocupação desnecessária dos cidadãos, e fazer com que estes parem de desconfiar do Governo, espero que o IACM preste uma explicação clara e detalhada à população. Aproveito esta ocasião para pedir também ao IACM que reveja as insuficiências existentes nos trabalhos de exame e análise da segurança dos alimentos e que aperfeiçoe na íntegra o seguinte:

1 – A Lei de Segurança Alimentar (Lei n.º 5/2013), publicada em 2013, atribuiu ao IACM competências para fiscalizar a

implementação desta lei e definir os critérios de segurança através de regulamentos administrativos. Assim, apelo ao IACM para definir, quanto antes, esses critérios.

2 – Considerando as competências que constam da Lei de Segurança Alimentar, deve proceder-se a uma revisão do trabalho do IACM e do Centro de Segurança Familiar, no sentido de clarificar os trabalhos que carecem ainda de reforço e melhoria.

3 – Os produtos alimentares vivos e frescos, assim como os de origem animal, necessitam de ser declarados e inspeccionados aquando da sua importação para Macau. Apesar disso, o IACM deve também considerar formas de garantir a segurança de outros alimentos não frescos e a utilização segura de aditivos. O IACM não deve depender da certificação e inspecção pelo local de origem dos produtos alimentares, mas definir um regime de inspecção próprio de Macau para a análise dos produtos importados.

4 – Deve ser criado um Conselho de Especialistas de Segurança Alimentar, convidando para participação profissionais especializados em diversas áreas da segurança alimentar, apoiando o IACM na “monitorização e avaliação dos riscos para a segurança alimentar”, na “elaboração de planos de emergência relativos a incidentes de segurança alimentar”, e para este organismo “proceder à investigação e tratamento dos incidentes de segurança alimentar”, com o objectivo de aumentar a confiança da população no sistema de segurança alimentar.

A segurança alimentar é, pois, um assunto de grande importância a todos os níveis, e a base do princípio de “bem servir a população” deve ser a protecção da sua saúde. A garantia da segurança alimentar é também um dever de um Governo responsável. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Sr. Presidente.

Já existem há muito tempo e continuam por resolver os problemas com as obras públicas, tais como os atrasos graves, as derrapagens financeiras, e a falta de qualidade, entre outros. Há dias, na resposta às questões dos Deputados, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, foi franco e afirmou, nesta Assembleia, que os problemas com as obras públicas de grande dimensão têm de ser resolvidos por via da Lei, da sua execução, da sua fiscalização, etc.

Quanto à avaliação das propostas nos concursos públicos, o preço representa 60%, enquanto a experiência e a qualidade da execução apenas 18%, portanto, o preço é que é o critério para se conseguir a adjudicação. Alguns concessionários conseguem a adjudicação porque apresentam preços mais baixos, mas depois pedem obras complementares e reforços orçamentais. E como não existem mecanismos de fiscalização rigorosos e transparentes, mesmo que não o consigam, originam os problemas referidos, isto é, atrasos, derrapagens orçamentais, e falta de qualidade, entre outros.

Para além disso, o que é mais irracional é que a legislação de Macau permite a introdução de cláusulas penais compensatórias nos contratos das obras públicas, solução esta que é, correntemente, adoptada em todo o mundo e até nas obras privadas de grande dimensão em Macau. Isto só não acontece com os contratos de obras públicas, e o Governo não recorre a quaisquer outras medidas para acabar com os atrasos das obras. Devido à falta de mecanismos eficazes de indemnização e sancionatórios, e ainda à complexidade

dos procedimentos judiciais e aos problemas com o ónus da prova. Mesmo que os preços sejam exagerados, não haja data de conclusão das obras e estas sejam pequenas por falta de qualidade, o Governo dificilmente imputa responsabilidades ao construtor, que até continua a poder participar em concursos públicos. Por isso é que muitos deles não têm medo, portanto, não cumprem datas, as obras têm falta de qualidade, e há sempre atrasos e derrapagens orçamentais, situações que levaram a sociedade a perder a confiança na capacidade de fiscalização do Governo.

O Chefe do Executivo afirmou, recentemente, que ia estudar a viabilidade de introduzir essas “cláusulas penais compensatórias”, mas não disse quando. Entendo que, para combater, eficazmente, os problemas referidos, isto é, os atrasos, as derrapagens orçamentais e a falta de qualidade das obras, o Governo tem, com toda a determinação, de esclarecer o público sobre quando é que aquelas cláusulas vão passar a ser aplicadas. Deve ainda aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização das obras públicas, e reforçar os mecanismos de indemnização e sancionatórios, incluindo factores importantes para a avaliação dos empreiteiros, tais como atrasos, derrapagens orçamentais, falta de qualidade, acidentes de trabalho graves, contratação de trabalhadores ilegais, salários em atraso e em dívida, e má qualidade na execução de obras, e deve, com base nisto, proibir a participação dos empreiteiros em causa em concursos públicos durante alguns anos, com vista a reforçar os efeitos dissuasores junto daqueles que não cumprem os contratos nem asseguram a qualidade das obras, resolvendo-se assim os diversos defeitos e falhas nas obras públicas. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas.

Há dias, o Governo anunciou a reversão, primeiramente, de 5 dos terrenos desaproveitados e, se ninguém recorrer da decisão judicial, pode ser dado início ao planeamento das respectivas finalidades. O Governo avançou, então, um passo ao nível de reaver os terrenos desaproveitados. Segundo o Governo: dos 48 terrenos desaproveitados, 22 encontram-se na fase final da declaração de caducidade, mas, por agora, antes da conclusão dos procedimentos judiciais, a sua finalidade não vai ser revelada. A meu ver, estes devem destinar-se à melhoria da vida da população, nomeadamente, no âmbito da habitação, escolas, saúde, instalações sociais, etc.

Actualmente, a questão da habitação continua a ser o foco da atenção da população. Devido à queda das receitas do jogo durante meses consecutivos, o sector do jogo está a deparar-se com ajustamentos. Recentemente, os preços da habitação privada desceram ligeiramente, mas continuam a ficar além do poder de compra da população, visto que nos últimos anos estes subiram significativamente e de modo excessivo. Como as rendas não sofreram ainda uma queda significativa, a população em geral deseja candidatar-se à atribuição de uma habitação pública. O Governo prometeu que ia construir 28 000 unidades de habitação pública na zona A dos novos aterros, mas “água que está longe não apaga incêndios”. Pelo exposto, o Governo deve acelerar os procedimentos do reaver dos terrenos desaproveitados, e os reavidos devem ser afectos à reserva de terrenos para construção de habitação pública e instalações sociais, no sentido de dar resposta às exigências sociais. Deve ainda antecipar o planeamento dos terrenos com maior possibilidade de serem reavidos, para serem imediatamente

aproveitados no momento da reversão, encurtando assim o tempo de espera do devido planeamento.

“Ter habitação, viver feliz e trabalhar com alegria” é um compromisso que o Governo assumiu ao longo dos anos. Perante a grande procura de habitação pública, o Governo deve enviar esforços para conseguir mais terrenos, elevando o grau de transparência das informações sobre habitação pública, definindo o respectivo plano de desenvolvimento para os próximos 10 anos, e fixando claramente o número e a tipologia a construir. Assim, o público consegue aceder às informações de oferta de habitação pública e os jovens podem concretizar o desejo de ter uma habitação, reduzindo assim o pânico na procura de habitação pública. Deve ainda proceder, oportunamente, à melhoria da lei e dos diplomas legais relativos à habitação pública, no sentido de dar resposta às exigências sociais. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Nas comemorações do 15.º Aniversário do Regresso de Macau à Pátria, o Presidente Xi Jinping referiu que “Os jovens são a esperança e o futuro de Macau e da China. Devemos reforçar a educação e a formação dos jovens, para fazer a gloriosa tradição do “Amor à Pátria e a Macau” passar de geração em geração, e a causa “um país, dois sistemas” ser levada avante. Devemos atribuir grande importância, atenção e amor às novas gerações, e criar condições propícias para o seu crescimento, realização e sucesso”. Pergunto então ao Governo, se acha que o actual ambiente social de Macau continua a ser adequado para o saudável crescimento físico e psicológico dos nossos jovens. Acha? Por outras palavras, como é que podemos criar um ambiente saudável e adequado para o desenvolvimento dos nossos jovens?

Macau vive um rápido desenvolvimento socioeconómico e os jovens são os mais facilmente influenciados pelo ambiente social, portanto, são frequentes os crimes praticados por jovens, tais como, consumo de droga, abuso sexual, roubo, etc. Nos últimos meses, registaram-se vários casos de abuso sexual: o caso de um médico escolar suspeito de ter apalpado os seios de uma aluna de 12 anos do ensino primário; o caso de um aluno do ensino complementar suspeito de ter violado a sua colega de escola de 17 anos, sua ex-namorada; segundo as notícias, o caso de um agente policial das Forças de Segurança, que seduziu raparigas menores que conheceu na internet a trocaram fotografias nuas, e de ter tido relações sexuais com 6 alunas; o caso de suspeito assédio sexual a uma aluna por um professor da Universidade de Macau; e segundo as notícias dos últimos dois dias, o caso de um aluno de 16 anos que violou uma criança de 13, e o caso de um aluno de 16 anos que apalpou os seios a uma grávida.

Nos diversos casos de assédio sexual que se sucederam, ultimamente, estiveram envolvidos indivíduos de idade cada vez mais jovem. Segundo especialistas e académicos, os conflitos sociais têm aumentado, exponencialmente, com o desenvolvimento económico, então, qual é a explicação para isso? A violação de uma vítima de 13 anos por um indivíduo de 16 anos e o apalpar dos seios de uma grávida por um jovem também de 16 anos constituem delitos sujeitos a punição criminal, nos termos da lei. No entanto, quando a idade do infractor é inferior à estipulada, por exemplo, quando se

trata de um jovem menor, com menos de 16 anos, qual é a sanção a que vamos sujeitá-lo? Será que o Instituto de Menores tem conseguido desempenhar o seu papel na reparação da delinquência juvenil? É fundamental ver se esta conduta resulta de influências do meio ambiente ou se advém da desactualização quer do sistema de ensino, quer do regime jurídico de Macau. Os casos referidos demonstram a grande influência que o meio envolvente exerce, a longo prazo, sobre o desenvolvimento dos nossos jovens, ao que se juntam também outros factores prejudiciais ao seu crescimento. Por conseguinte, os casos de assédio sexual vão ser cometidos por indivíduos de idade cada vez menor, e as autoridades ainda não estão alertadas para este fenómeno, no sentido de procederem ao reajustamento do rumo da política de ensino e de reverem, atempadamente, a legislação desactualizada. De facto, o crescimento dos nossos jovens está a ser afectado por toda a problemática social decorrente dos casos ocorridos recentemente. Será que os serviços das áreas jurídica e do ensino estão a par deste problema social? Devem também acompanhar a situação para resolver, quanto antes, o problema, tendo em conta os diferentes desafios do meio ambiente que se colocam ao crescimento dos jovens. Vão fazê-lo? Se durante o seu crescimento os nossos jovens não tiverem conhecimento correcto dos valores da vida, como é que vai ser garantida a sustentabilidade do desenvolvimento de Macau?

Por isso é que especialistas e académicos sugerem a colaboração entre as autoridades, a família e a sociedade. Por outro lado, é necessário intensificar o combate contra a delinquência juvenil, como a criminalidade sexual cometida por jovens, no sentido de se criarem condições favoráveis para o seu desenvolvimento sustentável. O futuro da sociedade de Macau está nas novas gerações, portanto, o Governo deve ter sentido de risco e ser inovador para conseguir resolver os problemas dos jovens de hoje. Apenas deste modo é que as autoridades vão conseguir ir ao encontro das expectativas do Presidente Xi Jinping, isto é, dar mais importância e carinho aos nossos jovens, criando-lhes boas condições de crescimento para conseguirem transformar-se em talentos e indivíduos bem-sucedidos. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Desde a tomada de posse do novo governo, os residentes têm discutido se o Secretário para os Transportes e Obras Públicas e o Director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes vão querer concretizar a promessa dos seus antecessores, ou até se ainda se lembram dela, sobre a questão habitacional e a gestão de solos. A consulta pública para o plano dos novos aterros urbanos deveria ter tido lugar em Dezembro do ano anterior, mas o novo dirigente adiou o seu lançamento e, de facto, o primeiro trimestre deste ano já passou e aquela ainda não se realizou. O Chefe do Executivo ainda não pôs em prática a sua decisão política para a construção de 28 000 fracções económicas e sociais na Zona A dos novos aterros, nem respondeu à questão sobre a possibilidade de a vida da população ser afectada pela construção desse número de habitações numa zona só, ou seja, alta densidade demográfica. Ultimamente, alguns deputados têm recebido muitas opiniões dos residentes, cuja preocupação é o atraso na construção de habitação por parte do Governo. Sem esse atraso, era possível resolver o problema desta área. Se forem recuperados os terrenos concedidos antes do estabelecimento da RAEM e que ainda estão desaproveitados, designadamente, os que foram destinados a um parque temático e outros envolvidos em corrupção, seria possível construir mais de 30 000 fracções de

habitação pública. Se todos os terrenos forem revertidos e forem planeadas zonas habitacionais, isso pode ser um grande contributo para esta matéria. Assim, espero que os novos dirigentes do Governo possam cumprir as promessas respeitantes à gestão de solos e à habitação, respondendo concretamente às solicitações prioritárias.

Iniciaram-se, sob grande atenção da sociedade, os processos de reversão de 22 dos 48 terrenos cujo não aproveitamento foi imputado ao concessionário, e alguns já foram publicados no Boletim Oficial (BO) da RAEM. Eu exorto outra vez o Governo a construir rapidamente fracções de habitação pública, assim que tomar posse dos terrenos desaproveitados, para responder às necessidades habitacionais a médio prazo.

No passado, o Chefe do Executivo prometeu que ia analisar a implementação nos novos aterros da política “Terras de Macau destinadas a residentes de Macau” e referiu, na Assembleia Legislativa, que nenhum terreno tinha sido concedido nessa zona. Actualmente, o Chefe do Executivo, deve, para além de decidir a nível político a construção de 28 mil fracções de habitação pública na zona A dos novos aterros, decidir ainda a implementação nesses aterros da política “Terras de Macau destinadas a residentes de Macau”. Mais, deve ainda incluir esta política na consulta pública, que devia ter sido realizada em Dezembro passado, que foi adiada para o 1.º trimestre deste ano, mas que só vai ser realizada no 1.º semestre do corrente ano, segundo referiu, nas LAG, o Chefe do Executivo.

A médio prazo, o Governo deve reaver terrenos para a construção de habitação pública e, posteriormente, disponibilizar mais habitações públicas nos novos aterros, pois só assim é que se pode garantir a disponibilização de mais habitações económicas, e o respectivo concurso deve, o mais rápido possível, regressar ao sistema de pontuação.

Se o Governo quer saber o número de habitações económicas necessárias, então não deve armazenar os mais de dez mil impressos que os residentes apresentaram aquando do concurso das habitações económicas. O Governo não deve analisar apenas os dados dos mais de mil residentes que conseguiram adquirir uma habitação económica, mas sim analisar os mais de dez mil impressos apresentados, para conhecer o número exacto de concorrentes que reúnem requisitos para adquirir uma habitação económica.

O Chefe do Executivo, como decisor político, para determinar que vão ser construídas 28 mil habitações públicas na zona A dos novos aterros, deve, quanto antes, ter um plano para disponibilizar instalações suficientes nesta área, com vista a garantir aos residentes a qualidade de vida, e a consulta pública que vai ser feita deve incluir planos para a construção de instalações de saúde, educação e serviços sociais, e ainda de zonas de lazer. Após reaver os terrenos não aproveitados, se o Governo conseguir disponibilizar habitações públicas suficientes e se todas as zonas dos novos aterros conseguirem dar resposta à necessidade de “Terras de Macau destinadas a residentes de Macau”, referente ao “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes”, então o Governo pode diminuir a densidade populacional da zona A dos novos aterros, com vista a elevar a qualidade de vida.

A população vai avaliar a eficácia das políticas de habitação implementadas pelos novos Secretários, sob liderança do Chefe do Executivo, por isso, o Chefe do Executivo deve ter cuidado para não prejudicar a sua própria honra.

Presidente: Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong propõe o prolongamento do período de antes da Ordem do Dia. Vamos votar.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas.

Na sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, apresentei as questões que se seguem – Quais são as soluções para a trágica realidade da candidatura de mais de 42 mil famílias às cerca de 1 900 habitações económicas? Uma vez que a candidatura às 28 mil habitações públicas da Zona A dos novos aterros só vai ter lugar depois de terminado o mandato do Chefe do Executivo, ou seja, só em 2019, como é que vai dar resposta às grandes necessidades de habitação económica dos próximos 5 a 8 anos?

O Chefe do Executivo respondeu através das seguintes duas maneiras: 1. “provavelmente, muitas das 42 mil famílias não reúnem os respectivos requisitos”; 2. “como muitas das habitações económicas vendidas estão ainda desocupadas, isto só demonstra que os adquirentes não necessitam com urgência de casas económicas”.

Tendo em conta as limitações das regras do jogo, não foi possível questionar a resposta do Chefe do Executivo, por isso, vou agora intervir para fazer o acompanhamento do assunto.

Certamente, nem todas as 42 mil famílias vão reunir os requisitos, mas se 2/3 reunirem, então, são pelo menos 28 mil famílias que estão aptas para adquirir habitações económicas. As 6 mil fracções habitacionais (1 900, mais 4 mil a construir através do desenvolvimento de 5 terrenos, referidos no relatório das LAG) estão ainda muito aquém das expectativas. O Chefe do Executivo não deve de forma irresponsável alegar que “nem todos reúnem requisitos”, para evitar responder à questão da necessidade de habitação económica por parte da nossa sociedade.

O número elevado de habitações económicas vendidas, mas desocupadas, e a baixa ocupação das habitações públicas de Seac Pai Van têm vindo a ser aproveitados para “exagero”, apontando que os adquirentes não têm necessidade de habitação, razão pela qual o Governo pode deixar de construir grande quantidade de casas económicas.

Será que é verdade que existe um elevado número de habitações económicas vendidas, mas desocupadas? Porque é que há baixa ocupação das habitações públicas de Seac Pai Van? Segundo os dados revelados há dias pelo Instituto de Habitação (IH), até Fevereiro passado, os 6 projectos de habitação económica onde já foi autorizada a respectiva ocupação contam com um total de mais de 8 400 fracções, 7 087 com chaves entregues aos respectivos proprietários, mais de 5 600 ocupadas e com obras de remodelação, e 1 457 desocupadas, correspondendo a cerca de 20 por cento. O IH apelou aos proprietários que já receberam as chaves para irem morar,

quanto antes, nas suas habitações económicas, por forma a não desperdiçar os recursos das habitações públicas.

Foi divulgada, finalmente, a tal elevada taxa de desocupação que, afinal, é só de 20 por cento. Importa referir que esta taxa só abrange até Fevereiro deste ano, portanto, se calhar há pessoas que ainda não estão a viver na sua casa porque receberam as chaves há menos de um mês, o que provavelmente é insuficiente para fazer obras de remodelação. Mas casos destes são considerados como desperdício dos recursos de habitação económica. Obviamente, isto é mesmo injusto. Com base nos números referidos, podemos verificar que em Seac Pai Van a taxa de desocupação das habitações públicas é maior. (Alguém até disse que ia mostrar aos jornalistas, à noite, as novas habitações económicas em Seac Pai Van, para provar que estão desocupadas. Obviamente, é um exagero propositado.) Como sabemos, os 6 projectos em causa foram concluídos em finais de 2012, ou seja, há 27 meses. Relativamente às 2 153 fracções do Edifício Ip Heng (das quais, 1 544 foram erradamente transformadas em T1 e acabaram por se destinar a uma nova candidatura em Março de 2013 e, em Fevereiro de 2014, foi realizado o respectivo sorteio), mais de 330, até à data, ainda não foram vendidas. Entretanto, o IH ainda retém as chaves de cerca de 500 fracções já vendidas. Recebi várias queixas dos sorteados que conseguiram um T1 no ano passado, porque, apesar de ter sido feita a celebração do documento comprovativo da compra, uma vez que o IH não quer ainda entregar as chaves, sentem que estão a transformar-se em fósseis por já estarem à espera há um ano. No Edifício Koi Nga, também há mais de 400 fracções por vender. Ao longo destes 27 meses, há quem esteja à espera de casa e há casas à espera de donos. Agora, quem é que está a desperdiçar os recursos de habitação pública?

Na referida divulgação, o IH não revelou a situação da ocupação do Edifício Lok Kuan, mas, como já vimos, há ainda prédios que continuam vazios. O Edifício Lok Kuan, que ficou concluído no final de 2012, tem cerca de 4 600 fracções. Passados 14 meses, ou seja, no final de Fevereiro de 2014, o IH tinha arrendado menos de 1 900 fracções (inicialmente, o organismo tinha prometido que, por mês, 400 famílias podiam receber casa, mas afinal isso só aconteceu com cerca de 100). Decorreu mais um ano e penso que ainda há mais de mil fracções por ocupar. Ora, as famílias que reúnem requisitos para arrendar habitação social têm sempre péssimas condições económicas e, durante o período de espera para receber a fracção social, continuam a suportar rendas elevadas, mas o IH distribui as fracções sociais a um “ritmo de tartaruga”, não se importando com a vida da população. Então, quem é que está a desperdiçar os recursos da habitação pública?

Se calhar isto pode explicar porque é que há tantas fracções vazias na habitação pública de Seac Pai Van. Será esta a prova de que há aquisição abusiva das fracções? Ou será a prova de que os dirigentes estão a protelar a distribuição das casas? Ou será a prova de que os dirigentes e os empresários estão a fazer uma encenação, afirmando que os residentes não têm muita necessidade de habitação pública?

Solicito ao Chefe do Executivo que não diga palavras bonitas nem arranje quaisquer pretextos e que aumente a construção de habitação pública nos próximos cinco anos, para dar resposta às grandes necessidades dos residentes. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

O Chefe do Executivo recorreu recentemente ao Regulamento Administrativo n.º 2/2015 para introduzir alterações no Regulamento Administrativo n.º 3/2014, a fim de extinguir o secretariado do Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU) e consagrar a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes como entidade que passa a prestar apoio técnico-administrativo ao CPU. Mais tarde, algumas associações fizeram participações ao Comissariado contra a Corrupção (CCAC), afirmando que havia suspeita de ilegalidade nessa extinção. Face às participações, o CCAC apresentou respostas, nas quais afirma que as alterações introduzidas no Regulamento Administrativo n.º 3/2014, através do Regulamento Administrativo n.º 2/2015, não violaram a Lei n.º 12/2013, ou seja, a “Lei do planeamento urbanístico”, e a Lei n.º 13/2009 – “Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas”, nem o “princípio de legalidade” consagrado no Código do Procedimento Administrativo.

Apesar de o Governo ter prestado esclarecimentos face às dúvidas e de o CCAC ter apresentado respostas às participações, o certo é que continuam a existir opiniões discordantes em relação aos esclarecimentos do Governo e às respostas do CCAC, pois consideram que não foram claros os fundamentos jurídicos e que foi feita uma interpretação excessivamente restritiva e superficial. Porém, há reservas quanto a estas dúvidas e críticas.

Primeiro, a extinção do secretariado é, sob uma visão política, um acto que demonstra claramente que o novo Governo da RAEM está a assumir uma atitude activa na realização das promessas assumidas pelo Chefe do Executivo no seu programa de candidatura, sobretudo, quanto ao capítulo “*administração social*”, que tinha a ver com reestruturação do Governo. Recentemente, a Administração extinguiu também o secretariado da Comissão de Acompanhamento da Rede de Infra-estruturas do Sistema de Saúde (os Serviços de Saúde passaram a prestar apoio técnico-administrativo à Comissão) e o cargo de secretário-geral do Conselho para o Desenvolvimento Económico (a Direcção dos Serviços de Economia passou a prestar apoio técnico-administrativo ao Conselho). Podemos observar que o Governo tem envidado esforços para elevar a eficiência da gestão administrativa, com vista a prosseguir a meta “*racionalização de quadros e simplificação administrativa*”.

Quanto à legalidade, a extinção do secretariado do CPU foi uma medida de alteração e reajustamento da estrutura administrativa. Segundo a Lei n.º 13/2009 – “Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas”, que define a hierarquia legislativa, o Chefe do Executivo pode proceder a esse reajustamento através de regulamento administrativo independente. Por outro lado, o Regulamento Administrativo n.º 2/2015 não veio alterar os “projectos de diplomas legais e regulamentares no domínio do planeamento urbanístico”, assim, em termos substantivos, não houve necessidade de consultar o CPU. Com base nessas duas justificações jurídicas, pode-se afirmar que o Conselho Executivo possui a necessária competência legal para aprovar a referida proposta de alteração, para depois ser publicada no Boletim Oficial pelo Chefe do Executivo no uso do seu poder.

Quer nos termos da Lei n.º 12/2013 (“Lei do planeamento urbanístico”), quer nos termos do artigo 13.º do Regulamento Administrativo n.º 3/2014 (Conselho do Planeamento Urbanístico), o secretariado era apenas responsável pela prestação do necessário apoio técnico-administrativo e logístico ao CPU, e não existe nenhum diploma legislativo ou regulamentar que atribua ao referido secretariado qualquer competência de fiscalização, apreciação ou

decisão. Pelo contrário, por não ter essa competência legal, se o secretariado tivesse exercido o poder de fiscalização ou de decisão sobre algum conteúdo substantivo no domínio do planeamento urbanístico, é que teria havido uma violação do “princípio da legalidade” definido pelo artigo 3.º do Código do Procedimento Administrativo (isto é, os órgãos da Administração Pública apenas podem exercer os poderes atribuídos pela lei no seu sentido lato). Assim, a extinção do secretariado do CPU não afectou de modo algum os poderes que foram atribuídos a este Conselho, tanto pela Lei do Planeamento Urbanístico como pelo Regulamento Administrativo n.º 3/2014. Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Terminámos o total de dezasseis intervenções no período de antes da Ordem do Dia. Façam o favor de aguardar um pouco nos vossos lugares.

(Entrada no hemiciclo do Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac, e dos seus colaboradores)

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos entrar na Ordem do Dia. Antes de mais, agradeço, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Sr. Secretário Leong e dos membros do Governo na reunião de hoje.

O primeiro ponto da Ordem do Dia de hoje é a apresentação, apreciação e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Revisão do Orçamento de 2015”. Dou então a palavra ao Sr. Secretário Leong, para proceder à respectiva apresentação.

Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac: Exmo. Sr. Presidente,

Exmas Sras. e Srs. Deputados:

O orçamento para o ano financeiro de 2015 que foi aprovado pela Assembleia Legislativa no ano anterior serve de base para o orçamento, pelo que o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) necessita de proceder ao ajustamento da despesa nele prevista, conforme a situação real do ano em curso. Ao mesmo tempo, sendo constituída como principal fonte das receitas financeiras públicas, a receita fiscal proveniente do jogo tem diminuído e ficado aquém da expectativa inicial, havendo, pois, necessidade de se proceder à revisão relativa às receitas orçamentadas.

A seguir, permitam-me apresentar o principal conteúdo da proposta de Lei sobre a revisão do orçamento:

Na receita pública, após a revisão, o valor global da receita desce de 154 657 511 400 patacas para 119 969 627 600 patacas, traduzindo-se num decréscimo de 34 687 883 800 patacas, ou seja, de 22,4%, no qual, a receita proveniente do “Imposto especial sobre o jogo” diminui das 115 50 000 000 patacas iniciais para 8 400 000 000 patacas, com um decréscimo de 31 500 000 000 patacas, ou seja de 27,3%.

Relacionados com a receita proveniente do jogo, os “Prémios”, o “Imposto sobre as comissões dos promotores de jogo”, e a “Contribuição para o Desenvolvimento Urbano, Promoção Turística e Segurança Social” reduzem, no total, 2 412 544 700

patacas e, após as deduções, o valor total passa a ser de 6 592 553 000 patacas.

Com vista a apoiar as pequenas e médias empresas locais a fazer face ao ajustamento económico e reduzir os seus encargos fiscais, o Governo da Região alarga os benefícios fiscais iniciais relativos ao Imposto Complementar de Rendimentos, propondo aumentar o valor da matéria colectável a beneficiar de isenção do Imposto Complementar de Rendimentos de 300 000 patacas para 600 000 patacas, estando previsto que a receita vai decrescer 98 000 000 patacas.

Por outro lado, está previsto que também se verifica uma descida na quantidade de transacções de transmissão de imóveis e do respectivo valor, pelo que é indispensável baixar o valor do Imposto de Selo por Transmissão de Bens, passando do valor inicial de 2 223 000 000 patacas para 1 789 000 000 patacas, com uma redução de 19,5%; Enquanto a arrecadação do valor do selo de verba também vai diminuir, de 141 000 000 patacas iniciais para 89 450 000 patacas. O Imposto sobre Veículos Motorizados diminui, por estar prevista uma redução na quantidade de transacções de veículos de preço elevado, de 1 381 995 100 patacas iniciais para 1 190 206 000 patacas, representando um decréscimo de 13,9%.

Há, também, um decréscimo nas receitas do Fundo de Segurança Social e da Fundação Macau, estando prevista uma diminuição da receita do Fundo diminui, no total de 1 675 326 800 patacas, prevendo-se que o resultado do exercício também diminua. Está previsto que a receita da Fundação Macau proveniente do jogo vai decrescer 198 000 000 patacas, porém a previsão de subida prevista na receita de juros, pode compensar a diminuição da receita arrecadada proveniente de jogo, pelo que não deverá haver alteração no total de rendimentos.

Na despesa, após a revisão, o valor global da despesa eleva-se de 83 716 698 300 patacas para 83 761 011 500 patacas, representando um acréscimo de 44 313 200 patacas ou seja, de 0,05%. O aumento na despesa deve-se essencialmente a uma nova dotação inscrita para o projecto de salvaguarda de fornecimento de água bruta Ping Gang – Guang Chang, sendo o valor da dotação em 2015 de 200 000 000 patacas.

Quanto ao Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), o valor de 14 785 372 400 patacas é reduzido para 14 683 541 600 patacas, representando uma diminuição de 101 830 800 patacas, ou seja de 0,7%.

Além disso, ainda existem 3 organismos autónomos com receitas orçamentadas que necessitam de ser ajustadas face ao decréscimo da receita proveniente do jogo, são eles o Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, o Fundo de Turismo e o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau. Portanto, os orçamentos privativos dos mesmos necessitam de ser ajustados. As receitas e as despesas orçamentadas dos organismos autónomos referenciados decrescem, no seu conjunto, 17 952 000 patacas.

Após a revisão, o saldo do orçamento central reduz-se de 51 861 893 000 patacas para 18 805 022 800 patacas, representando uma descida de 63,7%, enquanto o resultado do exercício dos organismos especiais passa de 19 078 920 100 patacas para 17 435 903 300 patacas, ou seja, com um recuo de 8,8%.

Por fim, destaca-se que os pressupostos da presente proposta de

lei intitulada “Revisão do Orçamento” não implicam qualquer acréscimo nas despesas destinadas a assegurar os benefícios relacionados com a vida da população, e quanto ao funcionamento do Orçamento da RAEM, são adoptadas medidas de poupança que não afectam a prestação de serviços e a eficácia da Administração Pública. Por outro lado, ao assegurar o orçamento do Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), o Governo vai empenhar-se em elevar a respectiva taxa de execução orçamental, no sentido de promover o desenvolvimento estável da economia.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas Sras. e Srs. Deputados, termino aqui a minha apresentação. Muito obrigado a todos.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Leong.

Srs. Deputados:

Vamos entrar na apreciação na generalidade. Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à proposta de lei do orçamento, que se vai tratar na reunião de hoje, na generalidade, o meu entendimento inicial é acreditar que a queda universal das receitas públicas do nosso Governo se deve, principalmente, à queda das receitas de jogo. Segundo a apresentação do Sr. Secretário, embora possa estar em causa igualmente uma diminuição significativa das receitas dos organismos autónomos... a diminuição significativa das receitas destes organismos autónomos também deve ter sido causada, essencialmente, pela queda das receitas do jogo, como se manifesta no montante atribuído à Fundação Macau e ao Fundo de Segurança Social de Macau. No entanto, nestas circunstâncias, ainda não se vêem muitas diferenças nas despesas do Governo, em confronto com o orçamento feito no final do ano passado, apenas alterações muito ligeiras. As despesas continuam a manter-se em 83,7 mil milhões, tendo-se constatado até um pequeno aumento. Entre as despesas encontra-se o valor de 14,7 mil milhões no investimento público, o qual se refere ao investimento em obras públicas. Nesta apreciação na generalidade, tenho de voltar a falar do mesmo assunto, isto é, esta proposta de lei do orçamento continua a seguir o caminho anterior, ou seja, a verba atribuída às grandes obras públicas baseia-se apenas num orçamento sério, continua sem ter uma base legal... para o orçamento, o que continua a resultar em obras cujo orçamento é ilimitado, e até em obras sem previsão de prazo de finalização. É óbvio que, perante a pergunta que agora volto a colocar, o Sr. Secretário vai responder que a Lei do Enquadramento Orçamental está quase pronta, já está em consulta pública, que esta vai continuar neste ano e que a eficácia será aumentada o mais rápido possível. Esta será, sem dúvida, a sua resposta, tal como já mencionou no debate das Linhas de Acção Governativa. Gostaria de apresentar aqui dois pontos. Primeiro, a elaboração e a revisão da Lei do Enquadramento Orçamental têm de incluir uma fiscalização das obras públicas e dos fundos públicos. De facto, enquanto deputado à Assembleia Legislativa, já desde o ano 2000 que proponho a revisão da Lei do Enquadramento Orçamental. Entretanto, foi estabelecido o regime de reserva financeira. Mas os regimes de fiscalização, todavia, até agora ainda não foram sujeitos a

legislação. A lei está a ser preparada, mas espero que o Sr. Secretário se coordene com os outros Secretários, por outras palavras, a Lei do Enquadramento Orçamental deve ser elaborada o mais rápido possível, e como o Sr. Secretário referiu no debate das Linhas de Acção Governativa, as grandes políticas públicas devem incluir uma base legal que suporte o orçamento, incluindo elementos tais como o orçamento global, a calendarização e o prazo de finalização, devendo estabelecer-se um regime que permita à Assembleia Legislativa exercer a respectiva fiscalização. Para além da elaboração da lei em causa, gostaria de instar a autoridade, principalmente o Sr. Secretário para os Transportes e Obras Públicas, a preparar-se para encarar a fiscalização, de modo a não voltar a defender-se com a alegação de ainda não estar familiarizado com o regime e de apenas poder tentar habituar-se ao mesmo... quando realmente houver lugar a fiscalização. Na verdade, tudo isto já está a ser preparado há muitos anos, e temos encontrado bastantes problemas... ao longo deste período tão prolongado. Perante a demora da preparação da Lei do Enquadramento Orçamental, parece que será este ano, finalmente, concluída... desejo que exista coordenação entre todos os secretários, que seja aceite a proposta e que se preparem para a fiscalização. Os funcionários da Secretaria para os Transportes e Obras Públicas têm mesmo de trabalhar arduamente, de modo a conseguirem apresentar uma base legal para orçamento... que seja efectivo, e que se disponha dum orçamento global e da calendarização das obras, entre outros aspectos. Olhando para as grandes obras públicas de hoje, a maior delas são do projecto do Metro Ligeiro... será que só será possível entregar o orçamento global após a elaboração da Lei do Enquadramento Orçamental? Como o projecto já demorou tanto tempo e surgiram tantos problemas no seu decurso, não se deve apresentar o orçamento global mesmo antes da aprovação desta lei? Sinceramente, não deve ser assim? Não somos alunos da escola primária, não precisamos de esperar pelo professor para ele marcar o dia da entrega para iniciar o trabalho, devemos ser nós a fazê-lo antes. Face a estes problemas, espero que haja uma coordenação efectiva entre os novos líderes do Governo.

Por fim, gostaria de apresentar outro problema, que já expus ao Sr. Secretário, mas que foi ignorado no debate das Linhas de Acção Governativa. Este problema está relacionado com a matéria que hoje se discute e gostaria de voltar a apontá-lo, pois tem igualmente a ver com o nível de fiscalização do orçamento... para além da falta de fiscalização global das grandes obras públicas. Por exemplo, relativamente ao orçamento de 2015, apresentei uma interpelação escrita na qual indico o exemplo do aumento de quase 173% das despesas com pessoal do Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais em 2015, em comparação com o ano de 2013. Essas despesas quase triplicaram, trata-se de um aumento muito grande, todavia, até agora, ainda não foi prestado qualquer esclarecimento ou explicação oficial nem ao público nem a este hemiciclo. Este exemplo parece-me, muito irónico, uma vez que a Sr.^a Coordenadora do Gabinete para a Protecção de Dados pessoais, que passou subitamente a Secretária, apresentou aqui na Assembleia Legislativa o seu plano de simplificação administrativa e redução do número de funcionários. Que simplificação e redução são estas? Com um serviço público que aumentou as despesas com o pessoal em quase 173% sem fazer qualquer explicação para justificar os benefícios disso, como é que se pode falar de simplificação administrativa e de redução dos funcionários? Este é apenas um dos exemplos das minhas dúvidas. Então, como é que deve ser o regime? Para além da fiscalização das grandes obras públicas pela Assembleia Legislativa, não se deverá incluir igualmente, na Lei do Enquadramento Orçamental, algum tipo de fiscalização, para monitorizar a criação e

a ampliação dos serviços públicos? A resposta deve ser muito clara. Se fizermos uma comparação entre a experiência da RAEM e a da RAEHK, nesta última tem sido sempre necessária a apreciação ou até a aprovação do Legco para se atribuir ou alterar verbas das grandes obras públicas, já desde o tempo da administração britânica. O estabelecimento de novos serviços públicos também tem de ser apreciado caso a caso, pois isso implica mais despesas a longo prazo. Deste modo, tanto o estabelecimento de novos serviços como a ampliação dos existentes têm de ser apreciados e aprovados pelo Legco de Hong Kong. É óbvio que as tradições são diferentes em Macau e em Hong Kong, e as respectivas Leis Básicas também... algumas normas. Por isso, a melhoria da situação em Macau não tem de seguir, necessariamente, o método de Hong Kong, isto é, exigir-se a apreciação e aprovação da Assembleia Legislativa. Mas podemos, pelo menos, recorrer aos regimes já presentes na Lei Básica de Macau, ou seja, podemos, pelo menos, entregar o caso à Assembleia Legislativa para ser discutido e apreciado publicamente, isso seria efectivamente o tratamento mais adequado. Portanto, gostaria de aproveitar esta oportunidade para apontar isto novamente, ou seja, quer nas alterações ao nosso regime de orçamento, quer no aperfeiçoamento à Lei do Enquadramento Orçamental, que estamos agora a tratar, para além do item da legalidade... do orçamento e da fiscalização das grandes obras públicas, bem como da publicação das informações, não deveria ser tida em conta a introdução de um mecanismo de fiscalização para os casos de criação de novos serviços públicos ou de ampliação dos existentes, por exemplo, o seu debate neste hemiciclo, permitindo assim ao público ficar a par da situação? Só assim é que Macau será governada pelas suas gentes. Espero que o Sr. Secretário aceite estas sugestões. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

No que concerne à Lei do Orçamento de 2015, preocupo-me mais com o seguinte: perante a diminuição das receitas do jogo, que medidas é que o Governo da RAEM vai adoptar para garantir o controlo das despesas das obras públicas até à entrada em vigor da Lei do Enquadramento Orçamental? Esta matéria é muito importante. Como reparámos, registaram-se derrapagens em muitas obras públicas, tais como na construção da Universidade de Macau, em que o valor do túnel passou de 400 milhões para cerca de 2 mil milhões. E actualmente, temos o Metro Ligeiro, o Terminal do Pac On e também o novo hospital, três grandes projectos com cujos custos nos preocupamos muito. O Sr. Secretário dispõe de algumas medidas para evitar derrapagens orçamentais? Como já reparámos, em Macau, seja na compra de bens ou na compra de serviços, o preço é mais elevado desde que se envolva o Governo da RAEM, todos nós sabemos que isto acontece. Quando o comprador é privado, o preço é mais acessível. Em face desta cultura e desta situação... como é que se pode melhorar isto? Parece-me que o Sr. Secretário pode esclarecer-nos hoje sobre este problema.

Outra matéria que me preocupa tem a ver com as despesas da administração pública. Actualmente, muitos serviços públicos arrendam escritórios por todo o lado, para assegurar o funcionamento dos respectivos serviços... e todos os anos as

despesas são muito elevadas. Não devemos olhar para esta questão em termos de médio e longo prazo? Não é possível, num futuro próximo, encontrar um terreno para concentrar os serviços públicos num mesmo local, havendo assim um plano de longo prazo para assegurar o seu funcionamento? Até agora, ainda não nos mostraram qualquer plano.

Por fim, tenho uma sugestão para o Sr. Secretário. Quando as despesas previstas forem grandes... o senhor devia vir à Assembleia Legislativa fazer uma apresentação dos grandes projectos, nomeadamente das despesas, do seu progresso e das dificuldades do ponto de vista do Governo, tais como as dificuldades do Metro Ligeiro e as do Pac On. Pode ser? Esta também é uma preocupação para a maioria dos cidadãos. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

O meu pensamento é semelhante ao de alguns dos meus colegas. Podemos verificar, nesta revisão, um forte ajustamento no respeitante às receitas públicas, principalmente porque a queda do imposto do jogo é muito significativa. Anteriormente, considerava-se que este dinheiro servia para salvaguardar o público, porque, em geral, o problema de esbanjamento do erário público era muito grave nas despesas estatais, especialmente nas obras públicas, devido à falta de orçamento e de mecanismos de fiscalização, entre outros factores, situação que a sociedade tem desde sempre criticado. Mas mesmo quando as receitas do jogo ainda eram boas, estes casos de gastar dinheiro à estouvada já não deviam ter sido permitidos. Temos de prestar atenção para assegurar que as despesas se mantêm dentro dos limites das receitas. Quando as receitas ainda eram boas, o Governo provavelmente não tinha consciência do problema, mas a realidade é que, tal como vimos agora, é impossível os impostos do jogo manterem-se permanentemente tão bons, por isso, temos mesmo de reduzir as despesas. Como disse o Sr. Secretário, não podemos gastar sem cuidado. Neste momento, ainda estamos numa situação... e temos a noção de que este é o momento adequado para se criarem mais mecanismos... relativamente ao orçamento global, incluindo as obras públicas e também o resto. Tem de haver um orçamento concreto no caso das obras, tal como para o Metro Ligeiro. E todos devem saber qual é o significado do orçamento - é permitir que o público fique a saber da razão pela qual temos de gastar um determinado valor. Quanto às eventuais mudanças no decurso dos projectos, ou há responsabilidade imputável ao empreiteiro, o que resulta em prejuízo para o Governo da RAEM e para o nosso erário público, devido ao prolongamento do prazo... também precisamos de ter um mecanismo de fiscalização para resolver essas situações. É para nós bem claro que não devemos ficar indecisos em relação a alguns projectos, se vamos ou não alterar hoje um projecto de ontem, uma vez que todos os atrasos vão ser pagos pela sociedade em geral. Outra coisa muito importante são os casos em que a responsabilidade é imputável ao empreiteiro. O Governo está sempre a dizer que não é possível introduzir cláusulas penais compensatórias, mas qual é a justificação? É verdade que temos de ter em conta muitos factores, tais como o Direito, entre outros, designadamente se um regime destes vai resultar num grande aumento dos custos das obras. Todavia, o problema agora é que ninguém sabe qual é verdadeiramente o orçamento da obra, então, como é que se pode dizer se o aumento vai ser muito grande ou se vai haver uma discrepância significativa? Quais são os custos

resultantes da introdução de cláusulas penais compensatórias? E qual é, para nós, o custo dos atrasos? A verdade é que ninguém faz ideia. Portanto, concordo plenamente com as perspectivas dos dois colegas. Deste modo, face à situação actual, isto é, ao facto de ainda não ter sido concluída a Lei do Enquadramento Orçamental, e enquanto não houver um mecanismo completo para supervisão das obras públicas, pergunto ao Sr. Secretário, ou à equipa do Governo da RAEM, uma vez que todos fazem parte do Governo, se têm algumas ideias. Têm? Se tiverem em mãos alguns mecanismos, podem apresentá-los já directamente aos cidadãos. Na verdade, o Governo tem algum plano, quer para reduzir as despesas quer para a utilização prudente do erário público, para esta conjuntura de diminuição global das receitas públicas?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Leong,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

Quanto ao ajustamento do orçamento, que estamos a discutir hoje, acredito que... Se olharmos para trás, para 2015, tanto nas Linhas de Acção Governativa do Chefe do Executivo como no debate com o Sr. Secretário na Assembleia Legislativa, há alguns dias, o que é que verificámos? Verificámos que o nosso desenvolvimento económico entrou numa nova fase, e a principal manifestação disso foi a diminuição das receitas do jogo, isto é, a receita bruta mensal passou de 27,5 mil milhões para 20 mil milhões. Se forem 20 mil milhões por mês, ao fim de 12 meses serão 240 mil milhões. Tendo em consideração a percentagem de 35% para... os respectivos impostos foram ajustados para cerca de 84 mil milhões, devem ter sido estas as contas. Então, constatamos que o Governo também previa receitas do jogo na ordem dos 20 mil milhões. O que é que isto quer dizer? Que é cautelosamente optimista. Para além de ser cautelosamente optimista, parece-me que o lado do Sr. Secretário estará sob bastante pressão, quer em relação ao aumento das receitas, quer em relação à diminuição das despesas. Quanto ao aumento das receitas, esperávamos que o Sr. Secretário, ao responder às nossas perguntas de ontem, nos tivesse dito como podemos dar bom uso à nossa reserva financeira. De facto, será possível otimizar esta enorme reserva financeira para se manter o seu actual valor ou até para o aumentar. Se dermos bom uso a esta reserva, as nossas receitas deverão aumentar nesta nova fase da nossa economia. Por isso, desejo que o Sr. Secretário tenha em mãos um conjunto de medidas. No entanto, este conjunto de medidas exige, provavelmente, certos ajustamentos ao nível jurídico, como por exemplo, definir quando será possível estabelecer um limite máximo das reservas em excesso e qual será esse valor, pois se não existir esta definição, vão ser muitas as restrições que vamos enfrentar e... neste caso, como é que podem fazê-lo? Se for assim, todos os planos são apenas para inglês ver, não é verdade? Relativamente ao uso da nossa reserva financeira, já ontem falámos muito sobre isto, falámos da Província de Guangdong, da plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa e das estratégias do nosso País, tal como a de "Uma Faixa, Uma Rota". Espero que o Sr. Secretário possa pôr em prática esses planos e, assim, aumentar as receitas para a nossa reserva financeira.

Relativamente à diminuição das despesas, já li a apresentação que

o Sr. Secretário enviou hoje. De facto, algumas despesas preocupam-me, quais são elas? São aquelas relacionadas com a área das obras públicas. Reparei que o Sr. Secretário referiu a sua esperança de aumentar a taxa de execução. De facto, é esta taxa de execução que me preocupa. O Metro Ligeiro é um assunto muito discutido. Como é que podemos tomar decisões em relação a este projecto, incluindo a actual disputa sobre o parque onde vão estacionar as carruagens na Taipa e os problemas respeitantes ao traçado da parte de Macau? Para além disso, como será utilizado o dinheiro? Da mesma forma que foi utilizado nas outras obras públicas? Nas perguntas que dirigi ao Chefe do Executivo, também referi os problemas dos atrasos, das derrapagens e da falta de garantia da qualidade das obras públicas, entre outros. Na altura, o Chefe do Executivo afirmou que iam ser alcançados os objectivos a partir da execução da lei e da fiscalização através da lei. Mas nada disso se consegue ver nas leis desta área nem nas revisões referidas, e quanto à execução e à fiscalização, também nada se vê quanto às mencionadas medidas, tais como as cláusulas penais compensatórias. Se não tomarmos medidas agora, só podemos ficar preocupados. Na perspectiva dos cidadãos, estamos numa fase financeiramente apertada, já acabou a abundância, e nesta fase financeiramente apertada, os nossos funcionários públicos precisam de fazer ainda mais quanto à redução das despesas. Espero que o Sr. Secretário pense – claro que isto já ultrapassa a sua tutela – assumindo a perspectiva do Governo no seu todo, como é que as autoridades podem colaborar com os cidadãos para encarar os desafios que a nossa economia está a enfrentar nesta nova fase de Macau. Espero que o Sr. Secretário, desde que se incluam as obras públicas, pense bem sobre isto, pois, presentemente, a maior parte das nossas grandes despesas tem a ver com isto, não é verdade? O Metro Ligeiro, e muito mais, incluindo a Ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai, os novos aterros, as habitações públicas, entre outras... tudo isto faz parte das despesas de que estamos a falar. Mesmo assim, parece-me que nesta fase não se pode recuar, dado que agora se trata de despesas essenciais para garantir os empregos da população de Macau. Portanto, como é que o Sr. Secretário vai criar equilíbrios? Como vai expressar-se, como vai escutar a voz da nossa sociedade, como vai concretizar isto tudo, gradualmente? Acho que tudo isto exige muita inteligência. Terá de realizar os respectivos trabalhos tendo em atenção a perspectiva jurídica, a perspectiva da fiscalização governativa e partindo da força executiva, se possível. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Veng Chai.

Leong Veng Chai: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

Com a queda das receitas do jogo, as receitas fiscais do Governo também caíram bastante, por isso, o Governo tem de poupar dinheiro. Hoje li uma notícia, sobre as obras de renovação, outra vez, da Direcção dos Serviços de Economia, com as quais se gastaram cerca de 20 milhões. Ora, gostaria de fazer uma sugestão ao Sr. Secretário, isto é, instar a Direcção dos Serviços de Finanças a pensar num método para, o mais breve possível, se pedir à Viva Macau a devolução de 200 milhões e à Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau a devolução de 1,7 mil milhões. Com o valor total obtido destas devoluções, quase 2 mil milhões, sem contar com os juros, as receitas do Governo poderiam aumentar, e muito. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

Chui Sai Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

Em relação à revisão do orçamento apresentado pelo Sr. Secretário, vou votar a favor, porque considero que se trata de uma revisão que é prática e que está em conformidade com a realidade. Porém, queria destacar aqui um ponto, isto é, desejo que o Sr. Secretário nos envie os dados respectivos no final do primeiro semestre, ou seja, em Julho ou em meados de Julho, para nós, a Comissão de acompanhamento, podermos dialogar com o Sr. Secretário, permitindo ao mesmo tempo que a sociedade tome conhecimento da nossa situação das despesas e receitas do primeiro semestre de 2015, principalmente sobre a execução do PIDDA. Espero que o Sr. Secretário faça isso. Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário, faça o favor de responder.

Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac: Antes de mais, quero agradecer aos Srs. Deputados Ng Kuok Cheong, José Pereira Coutinho, Lei Cheng I, Ho Ion Sang, Leong Veng Chai e Chui Sai Cheong as sugestões sobre a revisão deste orçamento. Começo, então, pelas nossas ideias.

De facto, todos sabem bem que, como disse o Chefe do Executivo, temos de garantir que o nosso bem-estar social não seja afectado e que a eficácia da administração pública (dos serviços que prestamos aos cidadãos) também não. Para além disso, vamos tentar, com todos os esforços, aumentar a taxa de execução do PIDDA, de forma a garantir que podemos responder a esta situação de revisão do orçamento, causada pelas receitas do jogo. Deste modo, concordamos plenamente com as pretensões apresentadas, especialmente em matérias como a gestão do dinheiro, o aumento das receitas, a redução das despesas... estou de acordo, totalmente. Como expliquei há dois dias, também aqui na Assembleia Legislativa, quanto ao aumento das receitas, vamos continuar a fazer algumas tentativas através de uma segura e eficaz utilização da reserva financeira, incluindo, por exemplo, alguns projectos inovadores com Guangdong... tendo por base a preservação do capital e dos juros.

Já agora, aproveito esta oportunidade para fazer um esclarecimento, pois sei que alguns média, provavelmente, se enganaram, quando disseram que temos intenção de dar 100 mil milhões à província de Guangdong. Ora, tenho de esclarecer que, na verdade, o valor que se tem discutido com a província de Guangdong é da ordem dos 10 mil, 20 mil milhões. Pretendemos fazer uma tentativa mas não envolvendo uma quantia tão avultada, uma vez que a província de Guangdong, de facto, também precisa de ter a aprovação de uma determinada quantia pelo Banco Popular da China e... por outros. Estamos na fase de negociação, por isso, deixo aqui esta informação, para conhecimento de todos.

Por outro lado, como mencionou o Sr. Deputado Ho, também temos a intenção de fazer algumas tentativas, por exemplo, com o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, que cabe ao Fundo de Desenvolvimento China-África, na dependência do Banco de

Desenvolvimento da China, e cujo montante a negociar também será cerca de 10 mil, 20 mil milhões. Como destaquei ontem, não vamos colocar todos os ovos no mesmo cesto. Tentaremos, o mais possível, aumentar as receitas através da utilização da reserva financeira. E, em simultâneo, também vamos ter de poupar, mas sempre sob o princípio de não afectar a eficácia dos serviços que prestamos aos cidadãos.

Na verdade, todos nos têm dado muitas sugestões e temos aprendido com os Srs. Deputados, tal como com as obras de renovação de que falámos... como podemos levar a cabo as renovações do ponto de vista prático e realístico, ou também as lembranças, os banquetes e nomeadamente as viagens de negócios, que se mencionaram ontem. É verdade que é possível poupar na Administração, e em todo o lado. E quanto a este aspecto, de facto, já disse aos nossos serviços para seguirem estas instruções, e já estão a fazê-lo. Deste modo, espero que eles entendam que, como já se disse, não podemos ser caprichosos quando temos dinheiro e também não podemos ser caprichosos na gestão do dinheiro. Vamos tentar, o mais possível, fazer um bom trabalho quanto a este aspecto.

Quanto à questão do Sr. Deputado José Pereira Coutinho, ou seja, para considerarmos... um edifício governamental, ou a centralização dos serviços públicos em locais determinados, ao problema de armazenamento e até a possibilidade da construção de edifícios para os serviços judiciais, entre outros... De facto, entendo, uma vez que os gastos anuais com as rendas são, efectivamente, bastante altos. Algum deputado já devem ter colocado esta pergunta antes e também já lhes respondemos. É certo que a orientação é essa. No futuro, quando for oportuno e quando se encontrar um local apropriado, vamos, por exemplo, centralizar os serviços públicos ou até construir um edifício próprio, entre outros. Vamos seguir essa direcção. Todavia, também tenho de realçar que nos encontramos num período de pico da construção, portanto, não é melhor aguardar por algum alívio? É que para se realizarem os trabalhos necessários... temos de pensar nos problemas partindo do controlo de custos, da escassez de recursos humanos, e das dificuldades na obtenção da matéria-prima, entre outros. Portanto, é verdade que temos essa orientação mas, segundo as instruções do Chefe do Executivo, temos de ponderar os problemas a partir dessa orientação. No entanto, estamos a aguardar pelo momento oportuno para avançar.

Os Srs. Deputados preocupam-se igualmente com o aperfeiçoamento e a revisão da Lei do Enquadramento Orçamental. É claro que vamos elaborar algumas propostas e que vamos consultar os serviços de auditoria e execução, e ainda submetê-las a consulta pública. Só depois de tudo isto é que avançamos com o processo legislativo. Por isso, ainda vai levar algum tempo... até terminarem as consultas e antes de o texto da proposta de lei ficar pronto. Então, o que podemos fazer durante esse intervalo de tempo, principalmente sobre o PIDDA, que a todos preocupa? Vamos trabalhar em estreita colaboração com os outros Secretários, para que eles fiquem bem esclarecidos sobre a situação de execução do PIDDA nos serviços sob a sua tutela. Todos os meses haverá informação sobre a taxa de execução do PIDDA e vamos comunicar com os Secretários, para que fiquem bem a par da situação de execução nos seus serviços. Deste modo, o Secretário será o melhor árbitro na supervisão da situação de execução do PIDDA nos seus próprios serviços, e pode exortá-los a trabalhar no sentido de atingirem uma taxa de execução que corresponda às suas expectativas.

Paralelamente, provavelmente todos já sabem... por exemplo, no

princípio deste ano, realizámos uma série de trabalhos entre as secretarias sobre alguns projectos públicos, incluindo o recrutamento de recursos humanos. Por exemplo, entre nós e o Secretário Raimundo do Rosário, os nossos serviços relacionados com os recursos humanos, isto é, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais e o Gabinete para os Recursos Humanos e os seus três serviços da relacionados com a área da construção, ou seja, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes e o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, entre outros... houve uma reunião conjunta para se falar sobre as diferentes obras públicas, e sobre a comunicação regular sobre as quotas de trabalhadores não residentes concedidas a cada projecto público e o número efectivo desses trabalhadores, dos que se encontram a trabalhar nas respectivas obras. Esta comunicação permite que os serviços públicos respectivos tenham pleno conhecimento do número de trabalhadores residentes e de não residentes da empresa de construção que é responsável pela obra. E assim sendo, podem os serviços fiscalizar com mais eficácia e determinar se o progresso é razoável. Acredito que esta medida é vantajosa para fazer face às nossas preocupações, tais como os atrasos das obras, entre outras, já que os empreiteiros não terão mais desculpas, dizendo que encontraram esta ou aquela dificuldade. É óbvio que pode acontecer que os serviços tenham de ajustar o andamento da obra devido a problemas técnicos, e nesse caso, os serviços é que têm de comunicar e negociar com o empreiteiro. De uma forma geral, já estamos, de facto, a tentar aumentar a taxa de execução, principalmente quando estão envolvidas obras de grande valor, mediante a coordenação entre as secretarias e entre as direcções.

Na verdade, o Chefe do Executivo afirmou junto dos membros do governo do presente mandato, ao nível de direcção, que espera que, durante este ano, todos trabalhem afinadamente para se conseguir uma boa taxa de execução. Como disse o Sr. Deputado Ho, o aumento da taxa de execução do PIDDA representa termos mais recursos para a construção de Macau, estabelecendo assim melhores bases para Macau. Portanto, é também benéfico para o nosso desenvolvimento económico. E é isto que pretendo... apresentar.

Quanto ao conselho do Sr. Deputado Chui Sai Cheong, vamos conseguir apresentar os dados referidos a meio de Julho. Ouvimos a sua opinião e vamos trabalhar afinadamente.

Acho que já respondi a tudo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Obrigado pela sua resposta. Perante os esclarecimentos do Sr. Secretário, eu, pessoalmente, senti haver algum compromisso, aliás um conjunto de compromissos, porém, o que não senti foi a convicção de poder concretizá-los. O Sr. Secretário já veio aqui antes e disse que até a emissão das licenças precisava da coordenação do Chefe do Executivo. Só por estas palavras dá para ver como é alto o grau de dificuldade, especialmente quando se trata de grandes obras. Fala-se das grandes obras, obviamente... visto que agora os nossos impostos diminuirão, temos de recorrer a outros meios para criar receitas. E entre os outros meios, são poucos os que se afastam do

jogo, e um dos quais pode contribuir para aumentar os impostos... falo dos terrenos. Quanto aos terrenos, dado que o Sr. Secretário não trata desta área, temos de dialogar com o Sr. Secretário Raimundo do Rosário. No entanto, se realmente se quer ter diversificação e tornar a nossa economia... verdadeiramente aberta, atraindo o investimento do exterior, um dos factores essenciais é abrir o mercado. Por exemplo, fala-se do hospital. Podem concessionar-se terrenos para o investimento de hospitais privados em Macau e, assim, permitir que os cidadãos de Macau desfrutem de bem-estar, por haver mais uma escolha e não precisarem de se deslocar até Hong Kong para poderem usufruir de outro hospital, porque não? Este é um dos exemplos. Mas mesmo fazendo isso, ainda é necessário haver poupança, e quanto a esta poupança, o controlo do Sr. Secretário é decisivo. A eficácia do seu controlo depende das suas medidas, depende da sua determinação. Quando o Sr. Secretário veio aqui ontem e há dois dias e respondeu às minhas perguntas, também falou sobre os serviços externos, ou seja, sobre as viagens do Governo. Há sempre muitas viagens para estes e aqueles destinos, tal como o *Dynamic Macao Business and Trade Fair* da Direcção dos Serviços de Economia, que tem lugar três vezes por ano. Qual é a sua eficácia? Acho que está à vista de todos e que não preciso de entrar em pormenores. Contudo, além do *Dynamic Macao Business and Trade Fair*, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, a Direcção dos Serviços de Turismo e o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa também têm esta actividade. Qual é a eficácia? Fez-se alguma avaliação? Vale a pena gastar tanto dinheiro para fazer tanta coisa? Ou vamos focar-nos directamente nos pormenores? De facto, por exemplo, relativamente à estrutura do nosso turismo, a maioria dos turistas é do Interior da China, e continuamos a não conseguir transformar este cenário, ou seja, não conseguimos atrair os turistas da Europa, dos Estados Unidos da América, do Canadá, ou das regiões vizinhas, tais como a Tailândia, a Malásia, Singapura e o Japão, para visitarem a nossa cidade. Por outro lado, normalmente, os turistas que visitam Macau ficam aqui menos de dois dias, ora, já se passaram dezasseis anos e os turistas continuam a ficar cá menos de dois dias. Neste caso, o Sr. Secretário tem mesmo de ter controlo sobre este problema. Além disso, o meu colega, o Sr. Deputado Leong Veng Chai, falou há pouco dos créditos incobráveis. Quanto a estes créditos incobráveis, o Sr. Secretário precisa de pedir a intervenção de um cobrador para ver o dinheiro devolvido? Os serviços da sua tutela, a Direcção dos Serviços de Economia, disseram uma série de coisas mas, na verdade, o que fizeram foi dar-nos uma grande volta. De facto, é impossível reaver os 200 milhões da Viva Macau, essa devolução não é possível. Podemos dizer que se trata de um valor perdido. No que diz respeito aos outros 1,7 mil milhões do Aeroporto, estou muito feliz, porque depois de passados 8 ou 10 anos, finalmente, ouvi que o Sr. Secretário vai pensar num plano para a devolução desse dinheiro. Ora, a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau disse que este ano teve lucros, então, pode ser definida uma calendarização e ser apresentado à Assembleia Legislativa o plano de devolução desse dinheiro? Este dinheiro faz parte do erário público, e 1,7 mil milhões não é um valor pequeno. Portanto, espero que, de facto, o Sr. Secretário, relativamente ao orçamento da sua área, possa avançar com algumas medidas efectivas que nos possam dar confiança, ou com a sua coordenação... Dado que, posso dizer sinceramente, não tenho confiança nos serviços da tutela do Sr. Secretário Raimundo do Rosário que o Sr. Secretário referiu. Para além disso, o grupo de direcção, os doze directores e sub-directores, todos atiram as responsabilidades para os outros, deixam sempre o trabalho para o Secretário Raimundo, e ele é que tem de procurar algumas pessoas para tapar os buracos. Ora, o Sr. Secretário, em relação àquilo que

mencionou há pouco tempo, ou seja, todos se sentaram... para a tal comunicação... mas se até a emissão das licenças tem de ser coordenada pelo Chefe do Executivo! Coitado do nosso Chefe do Executivo! Assim, não precisa de pensar em mais nada, nas coisas mais importantes, não precisa de pensar em como deve desenvolver Macau, não precisa mesmo de pensar nestas coisas, porque só as coisas pequenas em que ele tem de pensar já são demais. Como o Sr. Secretário tem o controlo, é o gestor do dinheiro, pode fechar a torneira. Pode considerar a medida de Zhu Rongji, isto é, fechar a torneira! Seja para quem for, se a decisão é não dar dinheiro significa que não se dá mesmo. Por exemplo, como é possível que, no caso do túnel da Universidade de Macau, o valor previsto fosse de 400 milhões no início e tenha acabado em 2 mil milhões? Posso ainda dar ao Sr. Secretário cinco, seis, sete ou oito exemplos. Mas mesmo assim, em princípio, ninguém é responsabilizado. Os membros do Governo não são responsáveis pelos atrasos que se verificam hoje, mas foi dos serviços sob a sua tutela que veio este dinheiro. O erário público precisa de ser controlado. Espero que, neste orçamento, o Sr. Secretário possa fazer alguma coisa de concreto. Pode falar com o Chefe do Executivo sobre como pode ser feito um controlo verdadeiro. Em Hong Kong, o Secretário para as Finanças é o número dois e todos têm medo dele. O Secretário para as Finanças tem o seu próprio conjunto de medidas. E em Macau, o que é que o Sr. Secretário vai fazer, e como? Espero que compartilhe connosco algumas ideias.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

Estou muito contente por ter ouvido o Sr. Secretário referir o imposto sobre veículos motorizados na sua apresentação. Prevê-se, com essa medida, uma redução da venda dos veículos mais caros, e sendo assim, o valor passará de cerca de 1,38 mil milhões para cerca de 1,19 mil milhões, o que significa que o nosso trânsito terá um pouco de alívio por não existirem tantos carros em circulação. Todavia, gostaria de colocar uma pergunta aqui à Direcção dos Serviços de Finanças, isto é, quando o Sr. Secretário Tam veio à Assembleia Legislativa, da última vez, prometeu que ia fazer uma avaliação ao Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados aprovado pela Lei n.º 5/2002. Como vimos, e também discutimos aqui muitas vezes, em 2007 começámos a solicitar ao Governo o controlo sobre os veículos isentos de imposto. Já se passaram quase 8 anos e ainda não se viu nada, pois esses veículos continuam a abundar. Ao mesmo tempo, o âmbito das isenções da Lei n.º 5/2002 é muito vasto. Gostaria de saber quais são os futuros trabalhos do Governo em relação a isto, nomeadamente... será que já estão reflectidos neste imposto?

Presidente: Sr. Secretário Leong, faça o favor de responder às perguntas.

Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac: Primeiro, vou responder às perguntas relativas ao imposto sobre veículos motorizados, colocadas pelo Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Efectivamente, os veículos isentos de imposto, que são regulados pela lei e pelo regulamento anteriores... estão a ser tratados conforme a legislação. E a orientação é cancelar a isenção do imposto para alguns dos sujeitos beneficiários. Esta orientação corresponde à ideia do Sr. Deputado Tsui Wai Kwan, por isso é que comecei pelo Sr. Deputado... sobre este problema.

Por outro lado, gostaria de responder às perguntas do Sr. Deputado José Pereira Coutinho. Antes de mais, pretendo esclarecer que não é verdade que até a emissão das licenças tem de ser tratada pelo Chefe do Executivo. A verdade é que o Chefe do Executivo se preocupa, de facto, com todos os assuntos ligados à vida das pessoas de Macau. Ele percebeu que os cidadãos de Macau e as pequenas e médias empresas, bem como os Deputados à Assembleia Legislativa, estão muito preocupados com a situação da emissão das licenças, por isso, considera que é melhor ser ele próprio a dar o impulso, principalmente quanto à integração das funções dos serviços, entre outros aspectos, para que as medidas administrativas possam responder às necessidades da sociedade o mais urgente e rapidamente possível. Deste modo, o problema é ponderado a partir dessa perspectiva, por isso, podemos ver que o Chefe do Executivo se preocupa sempre com as opiniões dos cidadãos, e também dos Deputados, e que pretende ser ele a tratar, pessoalmente, do assunto. Claro que depois das instruções do Chefe do Executivo... todas as secretarias também trabalham e se esforçam, exigindo aos serviços das suas tutelas um bom trabalho em conjunto. Queria deixar esclarecida a questão levantada pelo Sr. Deputado Pereira Coutinho.

Como o senhor já referiu, há muitas áreas que, de facto, carecem de aperfeiçoamento, especialmente no que diz respeito à gestão dos gastos na Administração, matéria sobre a qual nos vamos esforçar por melhorar. Portanto, considero que há necessidade de se proceder a uma avaliação da nossa actuação, dos nossos trabalhos, a fim de se aferir dos respectivos efeitos, caso, por exemplo, das exposições. Quanto ao exemplo que o senhor mencionou, a *Semana Dinâmica de Macau*, vou lá pessoalmente, e o motivo da minha visita tem a ver com a necessidade de ficar a conhecer, pessoalmente, o progresso dessa actividade, quero falar directamente com os expositores, para ficar a saber se essa actividade está de facto a ser bem-sucedida ou não.

Na verdade, além dos programas que se mencionaram, já solicitámos à Direcção dos Serviços de Economia uma fiscalização às viagens de negócios, tais como nos exemplos referidos, o do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau e o do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, etc., para se verificar se a actuação dessas entidades está a seguir as orientações, com...objectivos específicos. É óbvio que não conseguimos ajustar os programas que já foram aprovados. A questão é se o caminho que estamos a trilhar é adequado para as estratégias nacionais do nosso País, por exemplo, a estratégia “Uma faixa, Uma rota”, e também para o desenho da Zona de Livre Comércio na Província de Guangdong. De facto, devemos ajustar a lista dos nossos parceiros e também a do público-alvo da nossa divulgação, como nos casos da Zona Piloto de Livre Comércio de Hengqin e da Zona de Livre Comércio da Área de Nansha. Como podemos então desenvolver um bom trabalho? É de notar que estamos a tentar lidar adequadamente com a gestão financeira, e que a gestão dos nossos objectivos é importantíssima, portanto, temos de tratar tudo com rigor. Assumindo esta perspectiva, já pedimos às nossas Direcções para verem se as actividades planeadas estão em conformidade com o princípio da gestão de objectivos,

especialmente as do próximo ano. Ao mesmo tempo, também sugiro que sejam estabelecidos mecanismos, para dar seguimento aos efeitos das actividades que referi aqui há pouco tempo, para não se prestar apenas atenção ao número de convenções ou de acordos assinados. Deu-se seguimento às actividades ou não? Houve alguns negócios ou não? Se aconteceram, quais foram os motivos? E se não, também temos de saber porquê. Por outras palavras, não basta preencher um simples questionário sobre o grau de satisfação, mas sim proceder a uma avaliação plena dos efeitos produzidos. Se há pessoas que fazem o trabalho por terem recebido subsídios nossos, têm de cumprir com as respectivas responsabilidades. Vou repetir o que já disse nos últimos dois dias: em algumas das exposições, houve expositores que saíram antes do encerramento do evento, o que não pode ser permitido, pois não? Têm de permanecer até ao fim, não é? Só desta maneira é que faremos um trabalho efectivo, portanto, vamos encaminhar os nossos colegas para... o consequente seguimento dos trabalhos. Relativamente à questão que o senhor mencionou, sobre a possibilidade de concessão de terras, todos os nossos recursos, limitados, têm de ser utilizados segundo a estratégia “Um centro, Uma plataforma”, a diversificação e a adequação da indústria e também os interesses dos cidadãos. Ainda que as políticas de terrenos não sejam do nosso âmbito, acreditamos que os membros do Governo vão sempre ouvir a opinião da sociedade quando se utilizarem os nossos recursos limitados.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Sr. Secretário, obrigado pela sua resposta.

De facto, o assunto das terras que apontei é do seu âmbito. Porquê? Em primeiro lugar... na realidade, quando os estrangeiros vêm investir em Macau, vão em primeiro lugar ao IPIM. E como é que o IPIM consegue atrair o investimento estrangeiro? Isso depende do nível da nossa competitividade. Se, após a chegada a Macau e ao IPIM, se deparam com uma sucessão de questões burocráticas a ultrapassar, é natural que as pessoas se arrependam de investir cá. Isto é um exemplo típico, Sr. Secretário. Portanto, é necessário que se trabalhe bastante em relação a esta matéria. Em segundo lugar, reparem, os prédios do Governo estão disponíveis para uso. Há alguns dias já referi o caso do Hotel Estoril, é um exemplo bem típico. Há muitos comerciantes de Macau que querem investir. Mas entretanto, com tantas limitações e obstáculos, não existem condições nem para a nova geração, nem para os actuais comerciantes ganharem a vida em Macau, nem mencionando a possibilidade de entrarem na China Continental, como o Sr. Secretário referiu, seja em Nansha, seja na Província de Guangdong. É impossível! Na minha opinião, tais barreiras só provocam perda de tempo. Temos de pensar, primeiramente, sobre qual é a competitividade de Macau e se conseguimos atrair investimentos.

Presidente: Sr. Deputado José Coutinho...

José Pereira Coutinho: Vêm para Macau, nós...

Presidente: Sr. Deputado José Pereira Coutinho, faça o favor de voltar para o assunto, para a proposta de lei sobre a revisão do orçamento. Não estamos na fase de debate.

José Pereira Coutinho: Com certeza.

Sr. Secretário, queria fazê-lo entender a questão de encontrar outras fontes de imposto, para além da indústria do jogo. Isto merece a sua consideração, mas não pode ser feito simplesmente através de visitas a certos lugares. Qual é a eficiência de gastar tantos fundos públicos? É uma perda de recursos, portanto, é necessário rever as quatro plataformas que o senhor mencionou, no sentido de averiguar se estas merecem um investimento financeiro e pessoal tão avultado. Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário, faça o favor de responder.

Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac: Concordo totalmente com a ideia de que precisamos de descobrir novas fontes de rendimento. Por causa disso mesmo é que promovemos, continuamente, os elementos não-jogo para atrair clientes de origem diversificada. Promovemos também as novas indústrias, esfoçando-nos por cumprir a estratégia “Um centro, Uma plataforma”, tendo em mente também o posicionamento de Macau estabelecido pelo “12.º Plano Quinquenal do País” do Governo Central da China, e também a estratégia “Uma faixa, Uma rota. Ao mesmo tempo, estamos empenhados em remodelar as áreas dos recursos humanos e a dos benefícios fiscais, como a isenção e redução dos impostos, etc., com o objectivo de chegar a uma maior diversificação dos elementos não-jogo através de novas indústrias. No entanto, para ser sincero, é difícil garantir que estas novas indústrias surjam em pouco tempo e que se consiga recuperar o montante do imposto sobre o jogo perdido. Isto não é fácil. Temos de ser honestos e pensar que não se vai conseguir fazer tudo amanhã. Pelo menos, estas circunstâncias levaram-nos a traçar um caminho, uma direcção, que vamos esforçar-nos por seguir.

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos agora votar na generalidade a proposta de lei intitulada “Revisão do Orçamento de 2015”. Vamos votar.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Alguém que fazer alguma declaração de voto? Se ninguém quer, terminamos o primeiro ponto da nossa agenda.

Vamos fazer um intervalo de quinze minutos. Quinze minutos, não meia hora. Façam o favor de voltar à hora marcada.

(Intervalo)

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos então continuar a reunião.

Passamos para o segundo ponto da Ordem do Dia, que é a discussão e votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 7/2008 «Lei das relações de trabalho»”.

Tem a palavra o Sr. Presidente da 2.ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa, o Sr. Deputado Chan Chak Mo, para fazer a apresentação.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

A proposta de lei intitulada “Alteração à Lei 7/2008 (Lei das Relações de Trabalho)” foi apresentada e debatida, na generalidade, no Plenário do dia 12 de Janeiro de 2015, e foi também votada e aprovada, na generalidade, naquele mesmo dia.

Por despacho do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa n.º 34/V/2015, a mencionada proposta de lei foi distribuída a esta Comissão para efeitos de exame e emissão de parecer.

Na fase do exame na especialidade, a Comissão reuniu-se nos dias 21 de Janeiro, 16 de Fevereiro e 19 de Março de 2015, tendo contado com a presença de diversos representantes do Governo na reunião de Fevereiro, incluindo o sr. Secretário para a Economia e Finanças.

A proposta de lei em apreciação visa alterar o artigo 70.º da Lei das Relações de Trabalho, ou seja, aumentar o montante máximo da remuneração de base mensal utilizado para calcular a indemnização por resolução do contrato sem justa causa de 14 000 patacas para 20 000 patacas, e ainda introduzir um mecanismo para a revisão periódica deste montante de dois em dois anos.

A Comissão concordou, por unanimidade, com o aumento do referido montante e com a introdução do referido mecanismo. Quanto ao montante de 20 000 patacas ora proposto, a maioria dos membros da Comissão manifestou a sua concordância, apenas uma minoria não entendeu assim, por achar que a percentagem de aumento não era suficiente.

Na Nota Justificativa da proposta de lei pode ler-se que: “*Tendo ouvido os representantes das partes empregadora e trabalhadora com assento no Conselho Permanente de Concertação Social e tendo ponderado, de forma equilibrada, os diversos factores, designadamente, o ambiente de negócios na sociedade de Macau, a estabilidade da situação do emprego, a protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores e a capacidade de aceitação por parte dos empregadores, entre outros, o Governo elaborou a proposta de lei ...*”.

Durante uma das reuniões, os representantes do Governo apresentaram um documento com dados estatísticos, para justificar que a fixação do referido montante tinha tido em consideração uma série de critérios, e que a percentagem de 42,9% de aumento é superior à taxa de inflação acumulada entre 1998 e 2013, que é de 40,1%. Para além disso, vão ser abrangidos mais de 70% dos empregados de todas as empresas de Macau e mais de 90% dos empregados de PME. O referido documento foi anexado ao parecer para fins de consulta.

A propósito deste documento do Governo, foi efectuada uma análise económico-financeira que consta do parecer e cujos pormenores podem os senhores consultar no referido parecer.

Durante a apreciação na especialidade, alguns membros da Comissão manifestaram opiniões sobre outros problemas constantes da Lei das Relações de Trabalho, especialmente, as injustiças criadas pela dupla limitação na fixação da indemnização prevista no artigo 70.º, por isso, esperam que, aquando da revisão da lei, o Governo pondere melhor sobre as questões em causa.

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

A Comissão entende que a versão final da proposta de lei reúne já condições para ser submetida à apreciação e votação na especialidade pelo Plenário. Tenho dito. Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos agora passar à discussão na especialidade. Vamos discutir na especialidade o artigo 1.º. Sr.ª Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Parece-me que o objectivo deste projecto de lei enfatiza o artigo 1.º, que é sobre a alteração do limite máximo da indemnização prevista no artigo 70.º da lei intitulada «Lei das relações de trabalho», de 14 000 para 20 000 patacas. Na realidade, isto já deveria ter sido feito há algum tempo, pois o montante de 14 000 patacas foi estabelecido em 1997. E mesmo com o desenvolvimento que a economia de Macau registou nos últimos anos, o Governo não reviu nem ajustou esse montante, nos termos da lei e em consonância com a nova conjuntura económica. Do Parecer constam as questões mencionadas durante a apreciação na especialidade, e também as análises e opiniões dos nossos colegas. De facto, o valor do aumento não é adequado. Tendo em consideração a inflação acumulada ao longo destes anos, o ajustamento proposto, isto é, 20 000 patacas, é um montante que não acompanha a taxa de inflação, portanto, trata-se de um aumento inferior... ao valor de referência. Nesta perspectiva, o aumento para 20 000 patacas, do artigo 1.º, não consegue resolver o problema de garantir a justiça... para os trabalhadores. Este aumento é insuficiente. E a questão é: devemos aceitar este aumento, neste momento? A resposta é sim, pois se a proposta de lei não for aprovada, mantém-se o montante de 14 000 patacas, e isso iria prejudicar muitos trabalhadores. Por outro lado, o aumento do limite máximo da indemnização para 20 000 patacas, no artigo 1.º, vem introduzir um mecanismo de revisão, então, como se faz quando o valor máximo da indemnização é limitado a doze vezes a remuneração de base no mês da resolução do contrato, quando o Governo ainda não considerou a alteração? É injusto. De qualquer maneira, é preciso enfatizar que, na «Lei das relações de trabalho», existirá uma injustiça no momento de se aprovar o montante de 20 000 patacas se não houver um ajustamento do máximo... da indemnização limitada a doze vezes, cujo valor é equivalente a 18 anos da remuneração anual do trabalhador. Estas duas limitações são completamente injustas para os trabalhadores. Além disso, mais um assunto que merece destaque é a indemnização por despedimento, que só ocorre quando há despedimento sem justa causa. Nesta situação, os trabalhadores não têm opções, ficam numa situação passiva. Sublinhamos que os trabalhadores não estão a pedir valores exagerados. O problema são as duas limitações estabelecidas na lei: a limitação da antiguidade e do rendimento! É injusto para os trabalhadores, uma vez que, no caso do despedimento sem justa causa, estes são os mais fracos e os que se encontram em condições difíceis. Qual é a razão de se estabelecer na lei tais limitações? Espero que, no futuro, quando o Governo revir a «Lei das relações de trabalho», anule de forma clara estas limitações, e que proceda a um cálculo justo tendo em conta a antiguidade e os rendimentos reais dos trabalhadores. Esta é a minha opinião.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Na proposta de lei prevê-se uma revisão, de 2 em 2 anos, do montante de 20 000 patacas. Quero então sublinhar, mais uma vez, aos membros do Governo, que as condições da lei intitulada «Lei das relações de trabalho» foram, obviamente, estabelecidas, tendo em conta os diferentes interesses sociais, cada um defende a sua posição o que, aliás, é comum no mundo, especialmente nas sociedades capitalistas. Entretanto, mesmo que cada parte assuma uma posição, no Conselho Permanente de Concertação Social, o Governo deve tomar decisões em consonância com os interesses da população. Peço a atenção do Governo para... está exposto o resultado da análise das informações, desde a apreciação na especialidade até às estatísticas. No caso dos rendimentos dos empregados das pequenas e médias empresas em 2013, a taxa de trabalhadores com rendimento superior a 20 000 patacas é inferior a 10%, é apenas 9%, ao passo que nas restantes empresas, a taxa dos trabalhadores com rendimento superior a esse montante é 23%. Por outras palavras, quase um quarto dos empregados não usufrui da garantia de indemnização que lhes é devida... no rendimento. Por esta razão, Sr. Secretário, faça o favor de considerar em primeiro lugar, na revisão daqui a dois anos, o objectivo de ajustar adequadamente o montante ou de o aumentar. As pequenas empresas não podem servir de desculpa, uma vez que os rendimentos dos seus trabalhadores não atingem esse montante. Mesmo que o senhor aumente este montante, não se reforçam as garantias dos trabalhadores das pequenas empresas, oferece-se sim uma garantia mais razoável para os trabalhadores com rendimento superior a 20 000 patacas, isto é, aos das empresas maiores. Espero que, no futuro, quando houver lugar à revisão e se considerar proceder a um ajustamento, se tenha atenção às condições e às práticas de Macau. As pequenas empresas não podem ser desculpa. Em geral, o efeito do acréscimo do montante é... a exigência de mais responsabilidade social às empresas maiores. No caso dos trabalhadores das pequenas empresas, o ajustamento de que não conseguem usufruir é a alteração do limite da indemnização, os 18 anos de antiguidade, conforme a proposta de lei. Como somos todos de Macau, sabemos que muitas pequenas empresas não são antigas, muitas são recentes. Para ser honesto, as lojas antigas, até mesmo as cadeias de lojas, todas são empresas pequenas. E alguns trabalhadores dessas pequenas empresas de Macau trabalham para os empregadores mais de 20 ou até 30 anos. Perante isto, sem qualquer intenção de fomentar conflitos laborais nem de suscitar a ideia da indemnização obrigatória no caso do despedimento sem justa causa, tendo em mente que trabalham para os seus empregadores há tantos anos, não lhes pode ser dada uma garantia mais completa, em caso de despedimento sem justa causa? A proposta de lei não abrange a revisão desta matéria, mas na verdade, existe espaço para se proceder a essa revisão. Fico por aqui.

Presidente: Sr. Secretário, faça o favor de responder.

Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac: Agradeço as opiniões da Sr.ª Deputada Lei Cheng I e do Sr. Deputado Ng Kuok Cheong. Aceitamos e vamos considerar essas opiniões, especialmente em futuras revisões.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos então passar à votação na especialidade do artigo 1.º da proposta de lei. Façam favor de votar.

(Votação)

Presidente: Aprovado o artigo 1.º.

Vamos agora entrar na discussão na especialidade do artigo 2.º... parece que não há questões dos Srs. Deputados. Vamos então votar na especialidade o artigo 2.º da proposta de lei. Vamos votar.

(Votação)

Presidente: Aprovado o artigo 2.º.

Como a alteração da proposta de lei abrange apenas dois artigos, está concluída... a proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 7/2008 «Lei das relações de trabalho»”.

Algum deputado quer fazer alguma declaração de voto? Tem a palavra a Sr.ª Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Sr. Presidente.

Esta declaração de voto é apresentada em meu nome e em nome da Sr.ª Deputada Kwan Tsui Hang e do Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Para evitar que o actual limite máximo da indemnização por despedimento se mantenha, adoptámos uma atitude de “aceitação temporária” e resolvemos aprovar a proposta.

A lei intitulada «Lei das relações de trabalho» permite aos empregadores o despedimento sem justa causa mediante o pagamento duma indemnização. É óbvio que a indemnização é essencial para os trabalhadores despedidos sem justa causa. No entanto, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 70.º da lei intitulada «Lei das relações de trabalho», o limite máximo do montante respectivo é muito injusto para os trabalhadores. Parece-nos que o estabelecer na lei um limite máximo para a indemnização por despedimento é, obviamente, um abuso, é excessivamente cruel e insatisfatório para os trabalhadores que são despedidos sem culpa nenhuma, e ainda impede que se calcule a indemnização com base nos reais rendimentos e antiguidade dos trabalhadores.

Solicitamos que o Governo marque uma data para a alteração da lei intitulada «Lei das relações de trabalho», dos n.ºs 3 e 4 do artigo 70.º, para acabar com esta limitação tão injusta para os trabalhadores.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

Votei contra a proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 7/2008 «Lei das relações de trabalho»”, e queria apresentar a minha declaração de voto:

Em primeiro lugar, não discordo com o aumento adequado do montante da indemnização por despedimento, mas como por esta via não será possível lidar com as dificuldades de execução, nem com o risco da transformação... que a indústria está a encarar de momento, não é correcto pedir aos empregadores para assumirem um limite máximo. Especialmente quando se trata duma desvinculação da relação laboral, pois são os empregadores que ficam, normalmente, numa posição desfavorável. Que é aliás, o que acontece, normalmente, quando o despedimento é planeado pelos trabalhadores. Portanto, a alteração do tal limite máximo tem de ter em consideração as responsabilidades que os empregadores conseguem assumir e as suas capacidades.

Em segundo lugar, não concordo com a revisão de 2 em 2 anos. A revisão deve ser feita quando for oportuno e tendo em conta as condições económicas e as práticas, caso contrário, a harmonia laboral será prejudicada.

Para terminar, espero aquando da revisão da lei intitulada «Lei das relações de trabalho», o Governo adite um mecanismo para a negociação entre trabalhadores e empregadores.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigada, Sr. Presidente.

Sempre que se discute uma lei que implique relações laborais é difícil chegar a um consenso. Mas a questão aqui é saber se as responsabilidades dos empregadores foram aumentadas de forma irrazoável. Será que este aumento está desfasado das condições económicas da sociedade de hoje? Quer se acrescentem responsabilidades quer não, parece-me que o mais importante é a justiça. As duas limitações à indemnização por despedimento são, obviamente, injustas, incluindo as tais doze vezes. Ambas são injustas. Portanto, a alteração é adequada, mas não quanto ao máximo da indemnização, quanto ao seu limite de doze vezes. Não é razoável manter uma dessas limitações e alterar a outra. Quero dizer, nesta declaração de voto, que votei a favor, mas que espero que o Governo reveja, quanto antes, esse limite de doze vezes para a indemnização, no sentido da sua eliminação, por forma a tratar os trabalhadores com justiça.

Presidente: Meus senhores, concluímos o segundo ponto da Ordem do Dia.

Agradeço, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Sr. Secretário Leong e dos seus colaboradores na reunião de hoje.

**(Saída do Secretário para a Economia e Finanças,
Leong Vai Tac)**

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos continuar a reunião. Vamos passar ao terceiro ponto da Ordem do Dia de hoje, que é a discussão e votação na especialidade da “Alteração à Lei n.º 11/2000 - Lei Orgânica da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau”.

Sr. Presidente da 2.ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa, Sr. Deputado Chan Chak Mo, faça o favor proceder

à apresentação.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente,

Caros Colegas:

No dia 6 de Janeiro deste ano, os Deputados Lam Heong Sang, Ho Ion Sang, Mak Soi Kun e Chan Meng Kam apresentaram o projecto de lei intitulado “Alteração à Lei n.º 11/2000 - Lei Orgânica da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau”, o qual foi admitido no dia 7 do mesmo mês pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais.

O projecto de lei foi apresentado, discutido e votado na generalidade em reunião plenária no dia 13 de Janeiro de 2015, e foi nessa mesma data distribuído a esta Comissão para análise e emissão de parecer.

Para o efeito, a Comissão reuniu-se nos dias 2 e 13 de Fevereiro e no dia 20 de Março, e contou com a colaboração de vários subscritores do projecto de lei, nomeadamente, o Vice-Presidente, e os Deputados Lam Heong Sang e Mak Soi Kun, os quais prestaram todos os esclarecimentos necessários à Comissão e aos Deputados não membros da Comissão presentes nas reuniões.

A Comissão auscultou todos os Deputados sobre o projecto de lei, tendo para o efeito enviado, no dia 2 de Fevereiro, uma carta a todos para que apresentassem, querendo, as suas opiniões e sugestões. Foram três os Deputados que apresentaram as suas opiniões por escrito.

A Comissão entendeu também ouvir a Secretária-geral sobre o funcionamento dos Serviços de Apoio e a forma como vão ser implementadas as alterações introduzidas na lei orgânica. Esta e a Secretária-geral adjunta estiveram presentes na reunião do dia 13 de Fevereiro e prestaram diversos esclarecimentos, nomeadamente, sobre a forma como vai ser implementado o regime de disponibilidade permanente e a atribuição da remuneração acessória ao pessoal auxiliar.

A Comissão analisou profundamente as razões que motivaram a apresentação deste projecto de lei e a adequação das suas soluções aos fins invocados pelos proponentes.

Assim, a Comissão entende que esta iniciativa legislativa se justifica, considerando os trabalhos actuais da Assembleia Legislativa. A Comissão considerou que, tal como explanado na Nota Justificativa, o desenvolvimento actual dos trabalhos já não se compadece com uma estrutura administrativa simples como a actual. Os trabalhos actuais e os desafios do futuro vão, sem dúvida, determinar, que a AL se dote dos meios necessários ao cumprimento das suas atribuições.

Neste pressuposto, a Comissão concorda com as alterações da estrutura administrativa, isto é, o acrescento de dois Departamentos e respectivas divisões. Entende a Comissão que esta nova estrutura é adequada ao desenvolvimento dos trabalhos da AL, de forma a que esta possa responder eficazmente, às solicitações que todos os dias lhe são colocadas e que, com o desenvolvimento deste órgão legislativo, vão aumentar.

O quadro de pessoal passa de 51 para 84 trabalhadores. A Comissão considera que este número é adequado à nova estrutura e entende adequada a respectiva distribuição pelas diversas carreiras de pessoal que integram este mesmo quadro.

No que se refere à remuneração acessória e ao regime de disponibilidade permanente, suscitaram-se algumas dúvidas na Comissão sobre a forma como vão ser implementos, na prática. Para esclarecer esta questão, a Comissão ouviu a Secretária-geral e também o Vice-Presidente, que prestou alguns esclarecimentos. Foi então referido que os auxiliares que fizerem a distribuição de correspondência e o pessoal que for destacado para trabalhar em regime de disponibilidade permanente serão previamente avisados. Será então elaborada uma lista, e aplicada a rotatividade.

Quanto à alteração ao artigo 51.º, ou seja, a inclusão na lei orgânica das senhas de presença dos intérpretes-tradutores e a sua indexação à percentagem de 15% do índice 100 da função pública, a Comissão considerou-a adequada e em linha com os serviços e entidades que têm serviços de tradução semelhantes ao da AL.

Durante a apreciação na especialidade, a Comissão analisou a opinião manifestada no Plenário por um Deputado sobre a previsão da criação de uma estrutura vocacionada, especificamente, para o apoio aos Deputados na elaboração de projectos de lei e de resolução, nomeadamente, e ainda as opiniões enviadas pelos Deputados no âmbito do processo de auscultação. A opinião da Comissão sobre esta matéria consta já do Parecer, para o qual se remete.

Em conclusão, apreciado e analisado na especialidade o presente projecto de lei, a Comissão é de parecer que este reúne os requisitos necessários para a sua apreciação e votação, na especialidade, pelo Plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Vamos então dicutar os n.ºs 14, 16 e 21 do artigo 1.º do projecto de lei.

Sr. Deputado Leong Veng Chai.

Leong Veng Chai: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O projecto tem, em princípio, a minha aprovação. Mas tenho algumas opiniões sobre a distribuição dos trabalhos dos operários e motoristas. Espero que, através da Secretária-geral, a distribuição dos trabalhos deste pessoal seja mais clara, para que os trabalhadores em causa tenham conhecimento de quais são as suas tarefas. Para além deste assunto, quero também referir o facto de serem menos as oportunidades de promoção para os funcionários do quadro do que para os funcionários além do quadro. Estes últimos são promovidos quando se renova o contrato, enquanto os do quadro têm de esperar por uma vaga e respectivo concurso para a promoção ser equacionada. Têm de esperar muito tempo por uma oportunidade de promoção, enquanto para os trabalhadores além do quadro não faltam oportunidades. Parece-me que se deve reforçar a segurança dos funcionários do quadro, mostrando mais confiança no trabalho que desenvolvem, para que se sintam mais motivados.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang, responsável pelo projecto. Faça o favor de responder.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a sua questão, Sr. Deputado Leong Veng Chai.

Na altura de distribuir os trabalhos... a Secretária-geral vai estar presente na discussão na especialidade e vai esclarecer o que vou passar a expor: faz-se uma lista que depois é entregue à Mesa da Assembleia Legislativa. Após o consentimento da Mesa, a Secretária-geral informa os funcionários respectivos. E aqui, percebemos que a palavra-chave é a justiça. Pelo menos, todos os funcionários conhecem claramente as suas responsabilidades.

Quanto à questão da promoção, trata-se do maior obstáculo do regime da Função Pública. O contrato além do quadro permite que os trabalhadores mudem, ao passo que os funcionários do quadro, para atingirem o mesmo objectivo, têm de concorrer... para lugares fora do serviço de origem, uma vez que existe uma relação laboral definitiva. Trata-se de um problema complicado, uma vez que continuamos a usar o regime da função pública, no qual existe uma ligação directa, uma ligação indirecta e até nenhuma ligação. No início, não conseguia compreender, então, se estou a trabalhar para o Governo, por que razão é que não existe nenhuma ligação? O regime tem algumas falhas que temos tentado resolver. No futuro, os deputados vão colaborar e vamos encontrar uma solução. Claro que esperamos... eu, pessoalmente, espero que a Sr.^a Secretária Chan, que é responsável pela área da função pública, possa resolver isto e aperfeiçoar o regime da função pública, e espero ainda que dê mais atenção à situação em que se encontram mais de 30 000 funcionários públicos. Ao mesmo tempo, a nossa Assembleia Legislativa também é assim. Há alguns assuntos que têm a ver com vários problemas que agora... As opiniões do Sr. Deputado Leong Veng Chai merecem a nossa consideração e estudo. O nosso próximo objectivo vai ser o aperfeiçoamento do regime da função pública e... a promoção dos funcionários, uma vez que a melhoria das suas condições é natural e devida.

É esta a minha resposta.

Presidente: Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Relativamente à alteração, tenho algumas sugestões.

Já enviei uma carta ao Sr. Presidente, carta essa que foi depois passada à Comissão. Na carta menciono alguns apontamentos para melhorar o projecto de lei. O projecto em si, obviamente, vai melhorar o futuro dos trabalhadores e trazer a esperança de melhores condições laborais. Entretanto, de facto, temos de lembrar que, na estrutura organizacional, tendo em mente a nossa política de racionalização de pessoal e do sistema, existem situações óbvias de dois departamentos e cinco divisões, podendo haver sobreposição de funções. O que estou a demonstrar é o exemplo clássico da biblioteca e dos dois departamentos criados. Aquando da elaboração da lei, não se pediram opiniões sobre os pormenores a todos os deputados, o que deixou na sociedade e nos média a impressão de

que o quadro do governo é extenso. Por outro lado, se na Assembleia Legislativa existem tantas modalidades para contratar funcionários, há injustiça no regime de promoção quando usamos um sistema que inclui três possibilidades contratuais. Já existiram exemplos no passado através dos quais pudemos verificar que funcionários sem vínculos foram promovidos rapidamente. E é verdade que no caso dos do quadro isso é mais lento, a ascensão profissional é mais lenta em comparação com os outros, isto segundo o regime e a lei actuais. Esta questão de justiça merece a atenção da Assembleia, por forma a impedir a repetição dessas situações no futuro. Os funcionários com mais antiguidade deviam merecer especial atenção, incluindo... ser tida em conta a sua qualificação, para evitar incongruências morais.

Termino por aqui.

Presidente: Faça o favor de responder, Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: As sugestões do Sr. Deputado José Pereira Coutinho não são relevantes para esta discussão. Quanto à estrutura da Função Pública, esperamos que colabore com a Assembleia Legislativa para implementar o regime. Relativamente à promoção e às falhas existentes no sistema, precisamos de tempo e de esforço para as resolver, mas não as vamos discutir aqui. Até ao momento, o que posso dizer é que ainda necessitamos do empenho de todos.

É só o que tenho a dizer.

Presidente: Bem, vamos agora votar na especialidade os n.ºs 14, 16 e 21 do artigo 1.º do projecto de lei. Favor votar.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Vamos passar à discussão na especialidade dos n.ºs 30 e 31 do artigo 1.º... são os n.ºs. 22 e 27, peço desculpa. Vamos então discutir na especialidade os n.ºs 22 e 27 do artigo 1.º.

Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Não tenho nada a dizer.

Presidente: Ninguém quer expressar opiniões... Vamos então votar na especialidade os n.ºs 22 e 27 do artigo 1.º.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Agora a discussão na especialidade dos n.ºs 30 e 31 do artigo 1.º.

Sr.^a Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Queria falar sobre a remuneração adicional do artigo 31.º.

Relativamente a esta matéria... os funcionários que precisam de trabalhar no exterior ou que têm de estar disponíveis para trabalhar sempre que solicitados auferem uma remuneração adicional. Como o Sr. Deputado Chan Chak Mo mencionou, vai haver uma lista de funcionários associados a um horário de trabalho rotativo. Gostaria

que me informassem acerca dessa lista. Será que essa lista é inalterável? Ou este ano são os funcionários A, B e C, e no ano seguinte são os outros? Isto é apenas um exemplo. O que queria saber é como funciona. Além disso, qual é a percentagem desses funcionários? A razão pela qual tenho esta dúvida tem a ver com o problema da distribuição do trabalho. Quando alguns trabalhadores saem para serviço externo, os outros, os que ficam, asseguram as tarefas dos que saíram? Ou, uma outra hipótese, há funcionários que só fazem serviço externo? Tudo isto tem a ver com a distribuição do trabalho, uma vez que os que ficam têm ainda de fazer o trabalho dos outros. E em caso de doença e férias, é necessário ou não... uma substituição? Queria saber disto.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado José Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

A minha dúvida é semelhante à da Sr.ª Deputada Chan. Temos de esclarecer as responsabilidades associadas às tarefas de cada categoria, impedindo que os funcionários das categorias mais baixas tenham a sensação de que têm de fazer todo o trabalho, quer interno quer externo. Já escrevi ao Sr. Presidente sobre as condições dos mototristas. Não é conveniente que os operários, especialmente os de categoria mais baixa, se queixem, pois isso vai provavelmente ter efeitos negativos. Espero que os chefes dos funcionários que asseguram tarefas variadas, incluindo os operários, sejam mais maduros e compreensivos. Além disso, aconselho a Mesa da Assembleia Legislativa a propor um coordenador para o gabinete do Presidente, se tal for possível, para... rendimentos, segundo as condições do n.º 5 do artigo 30.º. Neste momento, existe um Secretário-geral na Assembleia Legislativa e dois lugares para Secretário-geral Adjunto, mas já estamos há muito tempo sem um secretário-geral adjunto... claro, segundo o regimento. Acredito que há colegas que trabalham cá e que têm muita experiência... e espero que assumam um mandato justo e transparente. Ao mesmo tempo, sob a condição de mandato, os créditos e esforços dos funcionários devem manifestar-se numa promoção, tendo em consideração as suas contribuições. Espero que o mandato seja exercido com transparência. Nesta relação de cooperação, são dois no total de trinta e três... deviam ter conhecimentos sobre o funcionamento na função pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Faça o favor de responder, Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Quanto ao trabalho externo, neste momento é assegurado por quatro pessoas divididas em quatro equipas. Os documentos da Assembleia Legislativa dividem-se em três categorias — os documentos para a comunicação com os departamentos governamentais, os documentos urgentes para os deputados, e os documentos relativos aos trabalhos das comissões. Portanto, há itinerários diferentes segundo a distância, normalmente divididos em quatro. Vamos planear de forma geral como A, B, etc. Nesta condição, pelo menos... é possível, para qualquer ser humano, adoecer, um cenário que exige atestado médico que comprove a baixa por doença. As substituições são o que temos de melhorar no futuro. E a distribuição do trabalho é rotativa. Para planear os itinerários... o mais curto é efectuado mensalmente, e desta forma, todas as pessoas têm oportunidades. Quanto à sobreposição das

responsabilidades, há funcionários que são responsáveis, basicamente, pela distribuição de documentos, mas na prática não temos essa situação. Claro que temos o caso especial que o Sr. Deputado José Coutinho referiu mesmo agora, o dos motoristas, que também precisam de transportar coisas. Não tinha conhecimento da situação até à leitura da sua carta. Há mais de dez anos que essas normas existem, mas a partir de agora, vamos ter de as repensar e de corrigir as que estão erradas. Parece-nos que os funcionários conseguem expressar as suas vontades no que diz respeito à distribuição das tarefas, portanto, depois de elaborada a lista dos trabalhos, os funcionários vão ser informados. Se aceitarem o trabalho, manifestam a sua vontade através de assinatura, sem preocupação com o índice, com os trinta, que segundo as palavras negativas de alguns, são atirados como ameaça. Não esperamos, no caso dos operários que asseguram serviço externo... que vão encontrar condições incertas. Por exemplo, respondemos... aliás, vemos se o funcionário está disponível e pedimos-lhe para vir e assinar. Infelizmente, se por algum motivo o funcionário não está cá, o que se pode fazer é esperar. Portanto, a dificuldade da distribuição de documentos não tem só a ver com a entrega, os documentos têm de ser assinados. E se as condições forem incertas, vão provocar muitos problemas. Tendo em consideração este aspecto, esperamos que existam sistemas de encorajamento e de louvor para os funcionários responsáveis por este trabalho, e vamos ainda precisar de mais tempo para resolver os restantes trabalhos. Isto é o que podemos fazer por agora. Esperamos que todos sejam justos, responsáveis e exigentes. Não temos a intenção de reduzir os recursos humanos, a quantidade de trabalho até está a aumentar.

É esta a explicação adicional que queria aqui deixar.

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos agora proceder à votação na especialidade dos n.ºs 30 e 31 do artigo 1.º.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Vamos entrar na discussão na especialidade do n.º 50 do artigo 1.º... não há opiniões, portanto, passamos à votação na especialidade do n.º 50 do artigo 1.º.

(Votação)

Presidente: Aprovados.

Continuamos com a discussão, agora do artigo 2.º... também não há opiniões dos Srs. Deputados... sim, da Sr.ª Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Queria discutir a alínea a) do artigo 34.º, sobre a comissão de serviço das chefias... a prazo certo. Estas têm de ser escolhidas entre as pessoas com capacidade e habilidade comprovadas, e com experiência prática, ao mesmo tempo. Queria saber sobre... o regime de avaliação das promoções em vigor actualmente. Pelo que li, encontrei o relevante conteúdo do artigo 39.º, em que as funções, no caso da documentação... a avaliação faz-se pelo regime geral dos redactores. Na avaliação dos restantes, por exemplo dos de categorias mais elevadas, segue-se o regime de... mandato. Nós

todos desejamos oportunidades de promoção, portanto, nesta perspectiva, queria saber como se organiza o regime de avaliação das promoções. Será que depende da opinião de uma determinada pessoa ou existe uma comissão para avaliar?

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang, faça o favor de responder.

Lam Heong Sang: Agradeço a sua questão, Sr.^a Deputada Chan Melinda Mei Yi.

A alínea a) do artigo 34.º é uma remissão. As promoções dos chefes de departamento, chefes de divisão e chefes de secção têm de ser decididas segundo as Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, Lei n.º 15/2009, que estipulam como requisitos capacidade comprovada, habilidade e experiência prática. No passado, era impossível promover o pessoal de fora do quadro, essa hipótese só abrangia o pessoal do quadro. Depois da alteração, passou a ser possível, até para os agentes que não são funcionários públicos, portanto, abre-se aqui uma porta. O que podemos fazer é a remissão para a Lei n.º 15/2009.

É esta a minha resposta.

Presidente: Sr. Deputado José Coutinho.

José Pereira Coutinho: Também queria falar sobre o problema das promoções.

De facto, temos um Secretário-geral e dois Secretários-gerais Adjuntos, como direcção da Assembleia Legislativa, mas um dos cargos de secretário-geral adjunto está vago há muito tempo, o que também nos deixa preocupados. Quando é que se vai preencher este lugar? Em relação ao provimento, gostaríamos de saber de que forma se constituirá o júri e não sei se poderia aqui... Também acabei de mencionar, mas não consegui a resposta... Não sei se poderia, ou seja, embora isto caiba nas funções da Mesa, quanto ao cargo de coordenador, antigamente havia alguém que o ocupava, mas depois essa pessoa passou a Secretária-geral Adjunta. Actualmente, ninguém ocupa os dois cargos superiores referidos. Portanto, relativamente a este aspecto, também gostaria de ouvir a opinião do Sr. Deputado Lam Heong Sang. Conforme o Regime Jurídico da Função Pública, gostaríamos de saber quais os critérios valorativos para a avaliação do júri, em relação ao provimento.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang, faça o favor de responder às perguntas.

Lam Heong Sang: Em relação à nomeação dos chefes de departamento e de divisão, vamos seguir as disposições respectivas da Lei n.º 15/2009. Quanto aos dois cargos, determina-se o seleccionado, com o aval do Presidente do júri, que o nomeia, são estes os procedimentos exigidos para o provimento. No caso do Coordenador, incumbe-lhe apenas a distribuição de trabalho, não exerce funções de gestão, mas iremos recompensá-lo, com índice 50, visto que lhe cabe a coordenação dos trabalhos daquela estrutura. Não faz parte da direcção, isto é... bem, são apenas estas as informações que posso dar, pois são todas questões inerentes à lei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado.

Na verdade, as preocupações dos colegas têm razão de ser. É claro que o titular do cargo é seleccionado pelo Presidente e pelos respectivos membros. Como este cargo já está vago há muito tempo, caso não se preencha, é inevitável que se pense sobre qual será o motivo disso. Portanto, a meu ver, deveríamos pensar nesta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado.

Compreendo que seguimos as regras da Lei n.º 15/2009, internamente também não dizemos que apenas membros da direcção ou de categoria superior podem... integrar a Mesa. Porém, precisamos de saber como se preenche o cargo do secretário-geral adjunto que está vago há muito tempo, como iremos fazer para preencher os cargos de chefe de divisão ou de departamento, como irão ser tratadas as questões de independência e igualdade do júri... e as dos recursos humanos. Se forem os mesmos membros a decidir sempre, podem levantar-se suspeitas, e também não queremos que isso aconteça. Quanto à Mesa, conforme a lei, cabe aos seus membros decidir o aumento do salário do Coordenador, não é necessariamente... índice 50, pode ser 80 ou 100, dependendo das necessidades do Presidente. Na verdade, em comparação com o passado, agora passámos a ter muito mais trabalho. Temos trinta e três deputados, basta vermos os documentos das nossas intervenções antes da ordem do dia e as linhas de acção governativa... relativamente à coordenação de arquivos, sugeria que o Presidente seleccionasse uma pessoa da Mesa para coordenar esses trabalhos.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang, faça o favor de responder às perguntas.

Lam Heong Sang: Vejo que se preocupa bastante com a questão do provimento, dos cargos de direcção da Assembleia. Todavia, a estrutura da Assembleia Legislativa é diferente, a Mesa é um órgão eleito, os seus membros precisam de ser eleitos de quatro em quatro anos. Por enquanto, desejávamos implementar um departamento de apoio que, no futuro, pudesse sustentar o funcionamento da Assembleia. Deste modo, trata-se de uma função única, sendo muito difícil estar a seguir as disposições que se aplicam a outros cargos. No mandato anterior, tivemos apenas um secretário-geral e no presente mandato promoveu-se uma pessoa para o cargo de secretário-geral adjunto. De facto, esta categoria, os dois secretários-gerais adjuntos... tem uma história de muitos anos, porém, a sua nomeação depende das necessidades de trabalho. Acredito que os membros da Mesa são prudentes em relação a esta questão, uma vez que cabe ao secretário-geral adjunto administrar a assembleia, e se houver algum defeito no provimento, pode haver prejuízos para a reputação da Assembleia, por isso é que neste projecto tivemos em consideração essas situações. Relativamente às preocupações dos colegas, confio que os quatro colegas da Mesa vão tê-las em consideração... as questões apresentadas e as suas particularidades.

É só o que posso dizer, de momento.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Em todas as reuniões temos dado muitíssima atenção à questão do provimento dos funcionários públicos. Aliás, exigimos sempre ao SAFP que seja justo, portanto, nós, Assembleia Legislativa, também devemos ser justos no provimento dos nossos funcionários. Portanto, espero que também seja dada mais atenção ao regime de provimento dos nossos próprios funcionários... da Assembleia. Como vão ser os critérios de avaliação? Espero que o regime seja mais justo.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.ª Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de perguntar ao Sr. Vice-Presidente, Sr. Lam Heong Sang, quando é que será possível nomear um funcionário para este cargo, e se já tem uma data. Desejava saber dessa data, porém, se ainda não a têm, e continuar a faltar na Assembleia um secretário-geral adjunto, é poque não há uma pessoa adequada. Porquê? Não acredito que os funcionários da Assembleia que já trabalham aqui há muito tempo e que têm uma experiência tão rica não sejam adequados. Outra coisa que não compreendi bem, o Vice-Presidente acabou de dizer que somos eleitos de quatro em quatro anos, mas o número de deputados não vai diminuir daqui a quatro anos, vai aumentar cada vez mais, e o mesmo acontecerá com o nosso trabalho. Queria saber, quando teremos uma data, amanhã, depois de amanhã, daqui a um mês ou a um ano?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Na realidade, na nossa Assembleia Legislativa nunca faltaram pessoas talentosas, com vasta experiência acumulada ao longo dos seus anos e anos de trabalho. Devagar se vai ao longe, e elas não surgiram num instante, e a sua experiência tem um valor incalculável. A falta de secretário-geral adjunto durante tanto tempo é um fenómeno inaceitável, considerando que o volume de trabalho também se tem adensado, também no caso desse cargo. Nestes últimos anos, são mais os deputados e a quantidade de trabalho também tem aumentado, no entanto, é do conhecimento de todos que o secretário-geral adjunto não pode ser nomeado, o que achamos muito estranho. Então, se os nossos colegas, com mais de dez e até mais de vinte anos de experiência ainda não podem assumir esses cargos, quer dizer que lhes falta capacidade suficiente para isso. Nós gostaríamos de saber quais são as dificuldades do trabalho que os impedem de assumir esses cargos. Dantes, tínhamos coordenadores que realmente faziam esse trabalho, mas agora, depois da tomada de posse do novo presidente, continuamos a precisar desses coordenadores. O volume de trabalho reduziu? Os papéis também? Não, pelo contrário, aumentaram. Então, por que é que não temos coordenadores, de momento? Exige-se transparência e esclarecimentos sobre tudo isto. E entretanto, é necessário pensar na instituição e não nas pessoas, a instituição é que é essencial.

Por agora é tudo.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang, faça o favor de responder.

Lam Heong Sang: Gostaria de esclarecer dois pontos que foram mal compreendidos pela Sr.ª Deputada Leong On Kei. Se calhar não me expliquei bem.

O pessoal dos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa é permanente, ou seja, pertence aos Serviços de Apoio permanentes da Assembleia Legislativa da RAEM, por isso, trata-se de pessoal fixos e que não é eleito. No entanto, os directores e chefes da Assembleia Legislativa estão integrados no sistema da presidência, por outras palavras, são nomeados, e o mandato não deve ultrapassar o limite de três anos. É a lei que assim o exige. Em relação aos deputados à Assembleia Legislativa, a lei estipula que são eleitos de quatro em quatro anos. Após a eleição dos deputados, segue-se a eleição do pessoal da Mesa da Assembleia Legislativa, portanto, os trabalhadores que servem a Mesa enquadram-se no sistema de eleição e são responsáveis pela gestão da Assembleia Legislativa. Aqui, é fundamental a coordenação entre a administração eleita e o secretário-geral dos Serviços de Apoio. Quando este aponta os problemas, a Mesa tenta analisar e ficar a par das condições. Quanto ao resto, por que é que surgiu esta situação, o que eu posso dizer é que nós próprios devemos começar a prestar mais atenção aos problemas no que respeita à estrutura geral do pessoal. Na última sessão da Assembleia, havia somente uma secretária-geral, mas agora já há também uma secretária-geral adjunta. E a seguir vamos proceder à alteração da lei orgânica. E esperamos conseguir encontrar... e, ao mesmo tempo, promover pessoas qualificadas, a curto prazo. Porém, se perguntam: quando é que se consegue? Isso não depende de mim. Hoje aprovamos a lei, amanhã temos de a implementar, a lei entra em vigor após a sua publicação no boletim oficial, e a seguir vamos reestruturar o nosso pessoal de acordo a nova lei orgânica. E se for necessário recrutar novos colegas, então recrutamos. É uma questão que tem a ver com o nosso próprio sistema. Por isso, se me perguntam quando é que vão ter lugar as promoções e quantas pessoas vão ser promovidas, sinceramente não sei, não vos consigo apontar uma data. O que eu posso dizer é que somos a Assembleia Legislativa, e fazemos tudo com base no sistema de gestão da Assembleia, portanto, havemos de tentar impulsionar... e efectuar tudo depois da aprovação da lei. Espero que isso ajude a trabalhar com mais eficácia e a racionalizar a divisão do trabalho entre os diferentes departamentos.

É tudo o que tenho a dizer.

Presidente: Srs. Deputados, vamos agora proceder à votação na especialidade do artigo 2.º.

Vamos votar.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Então, passamos agora à discussão na especialidade do artigo 3.º. Nenhum deputado quer intervir... Vamos então votar.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Agora vamos proceder à discussão na especialidade do artigo 4.º e anexos. Ninguém quer expressar opiniões nem colocar questões. Então, passamos à votação do artigo 4.º e respectivos anexos.

(Votação)**Presidente:** Aprovado.

Vamos agora para a discussão na especialidade do artigo 5.º e do artigo 6.º. Ninguém quer intervir. Então, vamos proceder à votação na especialidade do artigo 5.º e do artigo 6.º.

(Votação)**Presidente:** Aprovados.

Agora passamos à discussão na especialidade do artigo 7.º. Ninguém quer intervir... então, vamos votar na especialidade o artigo 7.º.

Façam favor de votar.

(Votação)**Presidente:** Aprovado.

O projecto de lei intitulado “Alteração à Lei n.º 11/2000 intitulada ‘Lei Orgânica da Assembleia Legislativa da RAEM’” acabou de ser aprovado. Passamos agora às declarações de voto.

Sr. Deputado José Pereira Coutinho, faz favor.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Vou então passar à declaração de voto, que apresento em meu nome e em nome do Deputado Leong Veng Chai.

Em primeiro lugar, temos de salientar aqui que, o projecto de lei foi aprovado e que, desta vez, nós os dois votámos a favor, mas não se pode dizer que a alteração, desta vez... É pena que não tenhamos ouvido as opiniões de todos os deputados, a fim de podermos de facto proceder a uma boa alteração da lei orgânica. Acreditamos que existem alguns problemas muito graves, tanto no regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos, como na forma de recrutamento. E embora o pessoal de apoio seja muito trabalhador e esforçado, não consegue obter o respeito que merece, porque as tarefas em concreto que têm de desempenhar não são claramente definidas, muitas vezes o pessoal de apoio precisa dar resposta a tarefas que ultrapassam completamente as suas competências, o que é um abuso. Estamos muito tristes pelo que aconteceu e esperamos que, num futuro próximo, isso já não volte a acontecer. Para além disso, temos de esclarecer que, segundo a alteração efectuada desta vez, a biblioteca e a divisão de publicações, de hoje em diante, vão ter obviamente de partilhar algumas tarefas semelhantes, o que implica um recuo inevitável e normal, considerando que estamos a simplificar e a refinar a estrutura de pessoal e os departamentos. Esperamos poder melhorar e aperfeiçoar o sistema de recrutamento de pessoal, através da partilha de mais opiniões sobre as alterações a implementar futuramente, de forma mais transparente e sistematizada, para evitar condições injustas, como a promoção de pessoas conhecidas em detrimento de outras possivelmente mais competentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Chan Melinda Mei Yi.**Chan Melinda Mei Yi:** Obrigada, Sr. Presidente.

Desde o retorno de Macau, a lei intitulada “Lei Orgânica da Assembleia Legislativa de RAEM” passou por duas pequenas rectificações em 2008 e em 2010, visando, respectivamente, cargos de chefia e a coadunação com o regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos, por outras palavras, o quadro de pessoal dos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa tem-se mantido quase o mesmo há montes de anos, portanto, está desadequado da conjuntura actual. Por isso, desta vez procedemos a um reajustamento maior. Tal como alguns deputados referiram, esperamos que esta revisão consiga responder às necessidades da Assembleia Legislativa na próxima década. De facto, temos muitos colegas que começaram a trabalhar para a Assembleia Legislativa há muitos anos, alguns mesmo antes do Retorno, ou seja, desde a época em que Macau era português, têm uma experiência muito rica e boa capacidade de trabalho. São recursos valiosos para a Assembleia, sem dúvida nenhuma. No entanto, devido ao regime das carreiras, é muito difícil serem promovidos, alguns ficam sempre em cargos menores e em regime de contrato individual de trabalho, o que os impede de usufruir de garantias e regalias na aposentação. Apesar de a revisão, desta vez, ter sido feita com a finalidade de alargar o quadro de pessoal, não se vê nenhum regime explícito sobre as promoções. A falta de um sistema de promoções transparente e justo prejudica a harmonia da nossa equipa, portanto, desejo que a Mesa da Assembleia Legislativa continue a aperfeiçoar o regime de transferências e promoções dos funcionários. Por outro lado, quanto à atribuição de remuneração extra, sou a favor, porque considero que o pessoal merece, porém, levantam-se de novo preocupações quanto à sua justiça. Portanto, quando os serviços de apoio à Assembleia Legislativa elaborarem a lista de nomes do pessoal que vai receber remuneração extra, espero que o façam depois de tomadas decisões meticulosas e justas. Entretanto, daqui para a frente, a Mesa deve prestar mais atenção a estes assuntos.

Obrigada.

Presidente: Srs. Deputados:

Terminamos por aqui este assunto e vamos entrar no quarto ponto da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Srs. Deputados:

Começamos então agora com o assunto agendado, a “Conta de gerência da Assembleia Legislativa relativa ao ano económico de 2014” e a votação do projecto da deliberação do Plenário.

O Sr. Deputado Tsui Wai Kwan, presidente do Conselho Administrativo, vai fazer a respectiva apresentação. Faça favor.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 11/2000, Lei Orgânica da Assembleia Legislativa, submetemos à apreciação dos Srs. Deputados o Relatório e Conta de Gerência do ano económico de 2014.

O Orçamento privativo da AL para o ano económico de 2014 foi aprovado em conformidade com a Lei Orgânica da AL e com

a lei do orçamento, com o valor total das receitas e despesas de 148 808 000,00 de patacas.

No decurso da execução orçamental de 2014, o Plenário da AL aprovou, em devido tempo, o 1.º e único orçamento suplementar, no valor de 7 021 172,99 de patacas, o que fez elevar o Orçamento final da AL para o valor de 155 829 172,99 de patacas.

Para além da aprovação do referido orçamento suplementar, houve lugar à autorização de duas alterações orçamentais, as quais se efectuaram sem aumento da despesa global orçamentada, mediante deliberações da Mesa da AL, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 39.º da Lei n.º 11/2000.

No final da execução orçamental de 2014, a receita total atingiu a verba de 140 314 642,00 de patacas e a despesa total alcançou o valor de 134 781 934,58 de patacas. Consequentemente, na Conta de Gerência da AL referente ao ano económico de 2014 apurou-se um saldo positivo de 5 532 707,42 de patacas.

Em relação à taxa de execução do orçamento do ano económico de 2014, a despesa paga apresenta uma taxa de execução de 91% relativamente à despesa do orçamento inicial, e de 87% relativamente à despesa do orçamento final.

Em suma, cumpridas as disposições legais em vigor, submetemos à aprovação do Plenário, o Relatório e Conta de Gerência da AL do ano económico de 2014. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Srs. Deputados:

Façam o favor de expressar as vossas opiniões. Se não há mais opiniões, como se trata de um projecto de deliberação, vamos proceder à votação na generalidade e à votação na especialidade. Como se trata de um projecto de deliberação, a decisão é por maioria.

Agora vamos proceder à votação na generalidade do projecto de deliberação.

Façam favor de votar.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Agora vamos proceder à apreciação na especialidade. Algum deputado quer intervir? Se não, vamos à votação.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

O projecto de deliberação do plenário sobre a “Conta de gerência Assembleia Legislativa relativa ao ano económico de 2014” acabou de ser aprovado.

Passamos agora ao quinto ponto da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Srs. Deputados:

Iniciamos então o quinto ponto da agenda para hoje, o “1.º orçamento suplementar da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2015” e a votação do projecto de deliberação do Plenário.

Atenção, o projecto de deliberação que estamos a tratar é de 2015, sobre o orçamento suplementar de 2015, diferente do assunto anterior, do quarto ponto, que tratava das contas finais de 2014.

O Sr. Deputado Tsui Wai Kwan, presidente do Conselho Administrativo, vai então proceder à respectiva apresentação.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A apresentação do 1.º Orçamento suplementar da AL referente ao ano económico de 2015, no valor de 5 032 707,42 patacas, justifica-se pela diferença apurada entre o saldo da Conta de Gerência de 2014, de 5 532 707,42 patacas e o saldo de anos económicos anteriores previsto no Orçamento privativo da AL para o ano económico de 2015, no valor de 500 000,00 patacas.

Em virtude do excesso de saldo transitado relativo ao ano económico de 2014, o orçamento inicial da AL para o ano económico de 2015, de 166 669 000,00 patacas, é elevado de 5 032 707,42, patacas, montante este contabilizado como *receita de capital* e aplicado integralmente na rubrica de *dotação provisional*, conforme estipula os n.ºs 1 e 2 do artigo 68.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006, com as alterações introduzidas pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009.

Pelo exposto, em conformidade com as disposições constantes no Regulamento Administrativo n.º 6/2006 e com o artigo 40.º da Lei n.º 11/2000, Lei Orgânica da AL, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 14/2008 e pela Lei n.º 1/2010, submetemos à aprovação deste Plenário o 1.º Orçamento suplementar da AL para o ano económico de 2015. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Iniciamos agora a discussão do projecto de deliberação do orçamento suplementar. Parece que nenhum deputado quer expressar opiniões.

O procedimento é igual ao utilizado no projecto de deliberação anterior, a decisão é por maioria e vamos votar na generalidade e na especialidade.

Então, vamos agora proceder à votação na generalidade do projecto de deliberação do Plenário sobre o “1.º orçamento suplementar da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2015”.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Vamos agora votar na especialidade.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Há declarações de voto? Parece que não.

Srs. Deputados:

Terminamos aqui os cinco pontos da Ordem do Dia de hoje. Declaro encerrada a sessão.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

